

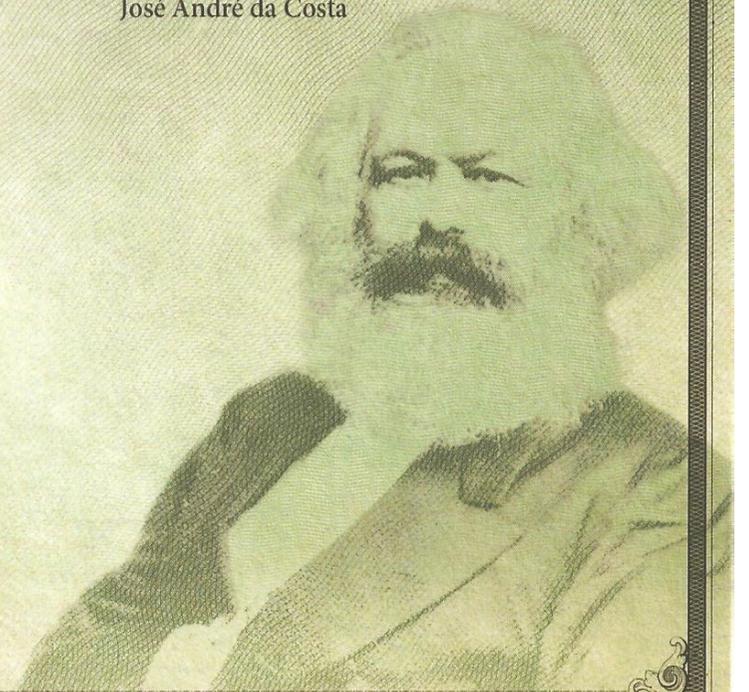
Diego Ecker e Nilva Rosin
Organizadores

O CAPITAL E O CAPITAL

Enrique Dussel
Euclides André Mance
Hans-Georg Flickinger
Antônio Inácio Andrioli
Paulo César Carbonari
João Alberto Wohlfart
Vanderlei Franck Thies
Tiago dos Santos Rodrigues
José André da Costa

ifibe
editora
FILOSOFIA BERTHEM

Coleção
F
Temáticas
Filosóficas 9





Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE)
Mantido pelo Instituto da Sagrada Família

Diretor Geral: Itacir Brassiani
Diretor Pedagógico: Paulo César Carbonari
Vice-Diretor Pedagógico: Ézio Francisco Salvetti
Diretor Administrativo: Moacir Filipin
Vice-Diretor Administrativo: Iltonar Siviero

Conselho Editorial

Dr. Paulo César Carbonari
Presidente
Dr. Iltonar Siviero
Secretário

Área Ciências Humanas

Dr. Adriano Correia (UFG); Dr. Agostinho Both;
Dr. Castor Bartolomé Ruiz (UNISINOS); Dr. Eldon Henrique Mühl (UPF);
Dr. Johannes Doll (UFRGS); Dra. Maria Nazaré Tavares Zenaide (UFPB);
Dr. Miguel García Baró López (UPC, Madrid);
Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS); Dr. Robinson dos Santos (UFPEL);
Dr. Sandro Chignola (UPA, Itália); Dra. Vanderleia Pulga Daron (UFFS)

Área Ciências Sociais Aplicadas

Dr. Antônio Carlos Wolkmer (UFSC); Dr. Astor Diehl (UPF);
Dr. Henrique Aniceto Kujawa (IMED); Dr. Jandir Pauli (IMED);
Dr. João Carlos Tedesco (UPF); Dr. Joviles Vitório Trevisol (UFFS);
Dr. Solon Eduardo Annes Viola (UNISINOS); Dr. Theofilos Rifiotis (UFSC)

Área Saúde

Dra. Alacoque Erdmann (UFSC); Dr. Leocir Pessini (CUSCSP);
Dra. Lia Mara Wibelinger (UPF); Dr. Luiz Antônio Bettinelli (UPF);
Dra. Marilene Rodrigues Portella (UPF); Dr. Roque Junges (UNISINOS)

Área Linguística, Letras e Artes

Dra. Adriana Dickel (UPF); Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste (UPF)

Diego Ecker
Nilva Rosin
Organizadores

Enrique Dussel
Euclides André Mance
Hans-Georg Flickinger
Antônio Inácio Andrioli
Paulo César Carbonari
João Alberto Wohlfart
Vanderlei Franck Thies
Tiago dos Santos Rodrigues
José André da Costa

O CAPITAL E O CAPITAL

Passo Fundo
IFIBE
2019

150 ANOS DE O CAPITAL

Euclides André Mance

Introdução

O que vamos apresentar nesse texto é uma aproximação de *O Capital*, a partir de uma hipótese de pesquisa em andamento, cuja conclusão poderá confirmá-la ou refutá-la.

Para facilitar a compreensão central do argumento, ele será dividido em três partes e exposto didaticamente.

Na primeira parte, relacionamos a estrutura dos três tomos de *O Capital* aos três momentos básicos da *fenomenologia do valor* em Marx.

Na segunda, salientamos que a sistematização dos Livros 2 e 3, realizada por Engels, acabou por projetar uma certa compreensão da obra como um todo.

Na terceira parte, recuperamos algumas passagens de Marx, externas a *O Capital*, que nos permitem compreender sua abordagem em relação à *liberação do valor* de suas formas capitalistas para a sua realização socialista e comunal, com

a construção de outro modo de produção, outro sistema de intercâmbio e outra formação social – possibilitando tratar, de maneira justa, as diferentes capacidades e necessidades dos seres humanos, tanto na produção quanto na apropriação e no consumo dos meios requeridos para o asseguramento das liberdades de todos.

O argumento que apresentamos destaca a *unidade da produção e da circulação do capital para a sua reprodução como valor*, considera as condições do intercâmbio no processo da reprodução global do capital e a possibilidade da liberação do valor econômico de sua forma universal como *capital*, para realizar-se em sua forma universal como *valor social e comunal* na relação dialética entre *necessidades e capacidades* humanas.

1. A fenomenologia do valor na investigação do capital

Do visível e aparente ao invisível e essencial

No Livro 3 de *O Capital*, Marx usa as palavras *aparência* e *fenômeno* – e suas variações – inúmeras vezes. Como filósofo, conhecedor e crítico de Hegel, ele não empregou essas expressões desavisadamente. Numa dessas passagens afirma que “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas [...]” (Marx, 2008, p. 1080).

Vemos, por essa passagem, que Marx contrapõe *aparência* e *essência* e considera a ciência como aquilo que nos permite afirmar a essência do que está suposto às aparências. Como ambas – aparência e essência – não coincidem, é preciso investigar a essência, o que não se vê nas aparências, para elaborar um conhecimento científico sobre o objeto investigado.

Outra passagem, bastante importante, na minha opinião, para entender-se a obra *O Capital* é esta:

Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos. (Marx, 1988, Livro 3, v. 4, p. 32).

Novamente aqui temos a categoria de *fenômeno* e a menção ao que se mostra na *superfície dos fenômenos*. E, por outro lado, a menção à *pesquisa* que nos leva a alcançar o *invisível* e o *essencial*.

Esse, portanto, é o método de investigação adotado por Marx, que parte dialeticamente do visível para chegar ao invisível, que parte dialeticamente da aparência, na superfície dos fenômenos, para chegar ao essencial que está na base de sua manifestação, avançando analiticamente, de mediação em mediação, de contradição em contradição, até chegar aos elementos históricos mais simples que, dialeticamente sintetizados, possibilitam explicar a essência do valor, em sua universalidade e em suas objetivações particulares.

Temos nessa passagem acima uma chave fundamental para entender a investigação realizada por Marx: a mais-valia e a sua taxa são o invisível e o essencial a ser pesquisado para que se compreenda o que são o lucro e a taxa de lucro, que aparecem na superfície dos fenômenos.

A explicitação dessa conexão é um dos grandes méritos de *O Capital*. Sobre isso, frente a confusão dos teóricos sobre a origem do lucro, diz Marx (2017):

A circunstância de que aqui tenha se desvelado pela primeira vez essa conexão interna, o fato de que [...] a economia até o presente ou tenha abstraído forçadamente das diferenças entre mais-valor e lucro, entre taxa de mais-valor e taxa de lucro, para poder manter a determinação do valor como fundamento, ou tenha abandonado, com essa determinação do valor, o terreno de um pro-

ceder científico para aferrar-se às diferenças que se mostram no fenômeno – essa confusão dos teóricos é a melhor demonstração de como o capitalista prático, preso à luta concorrencial e sem compreender em absoluto seus fenômenos, tem de ser completamente incapaz de conhecer, através das aparências, a natureza e a figura intrínsecas desse processo.¹

Está totalmente claro, aqui, o método adotado por Marx, que parte da aparência para alcançar, com a análise das mediações e contradições e com a síntese do que dela resulta, aquilo que é invisível, o essencial e formal, a essência (*Wesen*) e a forma (*Gestalt*) intrínsecas do processo do capital, condição necessária para explicar a existência do fenômeno do lucro. Está claro, pois, que o método de investigação do conhecimento deve penetrar nos fenômenos, reconhecer a essência interior e a forma interna, por trás da aparência externa e superficial destes.

Delimitação do objeto, sequenciamento da investigação e da exposição do conteúdo

A produção do conhecimento científico, que requer a realização desse trabalho analítico e sintético, sempre exige, entretanto, *delimitar o objeto da investigação* – como na reso-

1 “Der Umstand, daß hier zum erstenmal dieser innere Zusammenhang enthüllt ist; daß [...] die bisherige Ökonomie entweder gewaltsam von den Unterschieden zwischen Mehrwert und Profit, Mehrwerttrate und Profitrate abstrahierte, um die Wertbestimmung als Grundlage festhalten zu können, oder aber mit dieser Wertbestimmung allen Grund und Boden wissenschaftlichen Verhaltens aufgab, um an jenen in der Erscheinung auffälligen Unterschieden festzuhalten – diese Verwirrung der Theoretiker zeigt am besten, wie der im Konkurrenzkampf befangene, seine Erscheinungen in keiner Art durchdringende praktische Kapitalist durchaus unfähig sein muß, durch den Schein hindurch das innere *Wesen* und die innere *Gestalt* dieses Prozesses zu erkennen.” (Marx in: Marx; Engels, 1983, p. 178, destaque nosso).

lução de um problema matemático, em que é preciso identificar quais elementos da realidade devem ser considerados na sentença a ser formalizada, que relações há entre eles e, então, solucionar corretamente cada uma das partes para chegar-se a um resultado final, cientificamente válido. Sem a delimitação do objeto, a investigação das mediações e contradições perde o foco necessário à resolução do problema.

Além disso, é necessário delimitar o que será investigado em cada etapa da análise, pois somente após concluir um nível de abstração é que se pode avançar para o nível seguinte, evitando ilações infundadas na conclusão. Contudo, no transcurso da investigação, os próprios limites estabelecidos para as diferentes etapas vão sendo redefinidos, em razão de novas mediações e contradições nelas descobertas, que necessitam ser explicitadas para avançar-se à etapa seguinte.

Assim, a solução de questões de uma etapa sequente da investigação normalmente exige, em sua análise e síntese, elementos que já foram obtidos como resultados em etapas anteriores, sendo necessário projetar e reprojetar, de maneira adequada, o sequenciamento da investigação, previsto no plano de pesquisa, conforme o próprio desenvolvimento da investigação assim o exija, em função de novos aspectos que vão ganhando relevância para a resolução do problema no transcorrer da própria investigação.

Do mesmo modo, a comunicação da solução obtida exige um sequenciamento da exposição dos conteúdos, pois a compreensão da solução final do problema pelo leitor requer explicar-lhe, anteriormente, a solução dos elementos que a compõem.

Vejamos uma passagem em que Marx aponta esses condicionantes de investigação, exposição e delimitação de objeto:

Os fenômenos que examinamos neste capítulo pressupõem, para seu pleno desenvolvimento, o sistema de crédito e a concorrência no mercado mundial, o qual constitui de maneira geral a base

e a atmosfera vital do modo de produção capitalista. Mas essas formas mais concretas da produção capitalista só podem ser apresentadas compreensivelmente depois que a natureza geral do capital for compreendida; além disso, sua exposição está fora do plano de nossa obra e pertence a sua continuação eventual. (Marx, 1986b, p. 85).

Assim, a *produção do conhecimento* requer um sequenciamento da investigação, definindo-se o que será analisado primeiro, cujos resultados se desdobram no que será analisado depois.

Por outra parte, a *comunicação do conhecimento*, igualmente, implica um sequenciamento da exposição da solução final, que requer uma ordem da exposição dos conteúdos. Pois, do contrário, se o leitor receber todo o conjunto de resultados da pesquisa, com suas centenas de passagens que se reportam a uma infinidade de elementos, de maneira desorganizada, terá dificuldade de correlacionar os elementos recebidos e de interpretar e avaliar a consistência do próprio resultado alcançado. Não se pode começar pelo fim, se para entender o final são necessários elementos que faltam ao leitor. Assim, é necessário partir dos elementos que vão permitindo entender o que se deseja comunicar.

Por isso, é preciso distinguir claramente o *processo da investigação* do capital realizada por Marx e o *processo da exposição*, em *O Capital*, do conteúdo produzido nessa investigação.

É importante salientar essa distinção, pois Marx projetou, ao menos, quatro estruturas distintas para *O Capital* (Dussel, 2001). Não se tratava somente de quatro sequenciamentos de um mesmo conteúdo. Mas da evolução da pesquisa que o levava a modificar a própria estrutura da obra. E, por fim, faleceu tendo publicado apenas o Livro 1.

Por sua vez, Engels debruçou-se sobre os rascunhos de Marx, recolhendo grande parte do que este havia elaborado, dando a conhecer os Livros 2 e 3 sob a forma mais coeren-

te possível. Contudo, partes do material de pesquisa ou de investigação, produzidos em momentos distintos por Marx, aparecem na obra como se fossem elementos da exposição final do resultado alcançado, quando, em nossa hipótese, ainda eram objeto de reflexão, sobre as quais Marx trabalhava para chegar ao desenvolvimento requerido que permitisse integrar, na solução final, o resultado alcançado com essas investigações.

Justamente por isso, ele costuma explicitar os limites dos assuntos abordados – como, por exemplo, no início do capítulo 22, do Livro 3, sobre “*Repartição do Lucro. Taxa de Juros. Taxa ‘Natural’ de Juros*”:

O objeto deste capítulo, bem como os demais fenômenos do crédito a serem posteriormente tratados não podem ser examinados aqui em pormenor. A concorrência entre prestamistas e mutuários e as flutuações mais curtas do mercado de dinheiro daí resultantes caem fora do âmbito de nossa observação. O circuito percorrido pela taxa de juros durante o ciclo industrial supõe, para sua representação, a representação desse ciclo mesmo, a qual também não pode ser dada aqui. O mesmo vale para a equalização aproximada, maior ou menor, da taxa de juros no mercado mundial. Aqui temos de desenvolver apenas a figura autônoma do capital portador de juros e a autonomização do juro perante o lucro. (Marx, 1986b, p. 268).

Voltaremos, mais adiante, para tratar parcialmente do conteúdo dessa passagem. Mas, o importante, aqui, é destacar o método e a rigorosidade do processo de investigação, que não permitem passar por cima ou à margem de algum aspecto relevante do objeto investigado para a compreensão deste. Cada detalhe, se é importante para penetrar no fenômeno, para entender a essência do objeto investigado, nesse caso, para conhecer a *essência interior* e a *estrutura interna* do processo do capital, terá de ser investigado.

A investigação, por sua vez, pode demorar um ano, dois, três, uma década, uma vida inteira, quantos anos forem necessários. Pois, para Marx, não se pode passar por cima do que deve ser compreendido em sua *essência*, não se pode afirmar como verdadeiro algo que não esteja rigorosamente comprovado pela *análise* das contradições reais – análise que deve desvendar as condições necessárias à existência da realidade concreta investigada. E isso é assim, porque Marx não está fazendo ideologia; o que ele está produzindo é ciência econômica.

Vemos, por essas passagens, que *O Capital* deve ser compreendido tanto sob o aspecto da *investigação de fenômenos* – abordados por Marx com impressionante rigor metodológico no desenvolvimento analítico e sintético da produção de conhecimentos sobre os objetos investigados – quanto na *exposição do conteúdo essencial obtido nessa investigação*, exposição do que é invisível e que está por trás das aparências dos fenômenos, exigindo compor, de maneira lógica, sequencial, sistemática e consistente, os conhecimentos produzidos sobre os objetos investigados.

Assim, como *O Capital* não é uma obra acabada – pois Marx morreu sem finalizá-la –, para entendê-la, em sua globalidade, precisamos considerar o método de *investigação* e o método de *exposição*, usados respectivamente na *produção* do conhecimento nela sistematizado e na sua *comunicação*.

Ao entender, em linhas gerais, o método com o qual o conhecimento nela sistematizado foi produzido, nós podemos entender melhor a própria organização da exposição da reflexão realizada e, também, as próprias alterações da estrutura da obra ao longo de sua produção.

Em síntese, um aspecto é o processo da investigação e da produção do conhecimento e outro é a exposição do resultado alcançado com esse método. Ao entender o método, nós conseguimos entender a lógica que subjaz a *O Capital*, que está na base da pesquisa do que é invisível e essencial em confronto com aquilo que se mostra visível na aparência superficial dos fenômenos.

Distinguir, por um lado, entre o processo de *investigação e produção* do conhecimento e, por outro, a *exposição e comunicação* do resultado alcançado e perceber a relação dialética que há entre ambos é muito importante para entender a própria história da obra.

De fato, as sínteses que vão sendo produzidas durante a redação, no processo de exposição, retroagem dialeticamente em relação ao conhecimento anteriormente elaborado, gerando novas percepções dele mesmo. Isso faz com que, a partir de um dado acúmulo de novas percepções ou da qualidade determinante de algumas delas em particular, a própria estrutura da exposição da obra seja modificada para melhor desenvolver o argumento como um todo, seja para melhor explicitar alguns elementos que são desdobrados analiticamente, seja para expor novos aspectos que deverão ser incluídos e desenvolvidos na obra.

Esse movimento dialético era próprio da produção do conhecimento em Marx, que fazia da escrita, em seus cadernos e rascunhos, um momento de exposição e de registro do pensamento, para preservá-lo como memória para si mesmo, visando retomá-lo e desenvolvê-lo posteriormente, na produção de sínteses superadoras, em que pensamentos anteriores eram, ao mesmo tempo, incorporados e modificados nos textos a serem publicados, à luz do novo estágio alcançado no desenvolvimento de suas pesquisas.

O processo de investigação, o plano da obra e sua lógica interna

Assim, em linhas gerais, a exposição de *O Capital* começa pela produção do capital, avança na sua circulação e chega às formações do seu processo como um todo. Mas o processo de investigação do capital é diferente. Ele parte da superfície

e da aparência do fenômeno do dinheiro, como manifestação universal do valor, e avança, por meio de um movimento analítico, até chegar no trabalho vivo como a fonte do valor historicamente determinado como capital. A partir daí pode, então, iniciar o movimento de retorno, o movimento sintético da explicitação da *essência* do capital – em sua contradição com o trabalho –, que está suposta às suas manifestações *fenomênicas*, tanto na particularidade das mercadorias em circulação quanto na universalidade do dinheiro acumulado como capital. Esse é o exercício que vamos, didaticamente, fazer aqui, nesta comemoração dos 150 anos de *O Capital*.

No método dialético, adotado em sua investigação econômica, Marx, de maneira analítica, parte dos movimentos aparentes do dinheiro para chegar a essência da realidade invisível do valor econômico que este representa. Investigando o valor nele representado, chega ao trabalho vivo como aquilo que produz valor e ao modo como o trabalho está posto em contradição ao capital no sistema capitalista. E, desde aí, inicia o movimento inverso de síntese, explicitando como o trabalho determina a realidade da sociedade capitalista em sua contradição com o capital.

Mas, mesmo depois de haver publicado o primeiro volume de *O Capital*, Marx fez importantes revisões, como destaca Enrique Dussel (2001).

Esse movimento de revisão, em Marx, é resultado do desenvolvimento dialético da própria investigação. Pois, o aperfeiçoamento das categorias a que se chega em etapas seguintes da investigação permite compreender melhor o que já foi explicado anteriormente. E isso leva a desenvolver melhor o argumento da obra como um todo e reelaborar o que já havia sido feito, para dar melhor sustentação ao que virá na sequência da exposição, para a melhor compreensão do que será abordado mais adiante nos volumes seguintes.

Porém, na sistematização do que resta a publicar, cada nova mediação encontrada, nesse caminho de síntese, exige

um novo movimento analítico e sintético, para explicitar o seu papel no seio da totalidade contraditória que determina historicamente o objeto investigado, o que torna a obra de Marx extremamente fascinante, pela intrincada referência de uma infinidade de aspectos correlacionados e explicitados em suas contradições para a compreensão do capital, podendo nela reconhecer-se uma das mais complexas investigações científicas realizadas ao longo da história até então.

De fato, a maioria dos que se debruçam com curiosidade sobre *O Capital* e o leem a fundo, fica fascinada pela intrincada referência a uma infinidade de aspectos que Marx vai correlacionando a partir dos processos históricos da formação social capitalista, de seu sistema de intercâmbio e de seu modo de produção para explicar o processo do capital como um todo.

Assim, *O Capital*, com seus diferentes rascunhos e estruturas, resulta em volumes que sintetizam uma parte da pesquisa realizada, porém não concluída. E aqui está a percepção que trago para o debate: que os três volumes de *O Capital*, compreendidos em sua lógica interna, sintetizariam os elementos essenciais das três etapas do processo dialético do capital:

Livro 1 – O processo de produção do capital.

Livro 2 – O processo de circulação do capital.

Livro 3 – As formações do processo como um todo.

Se pudéssemos associar os três volumes às particularidades das formas que o capital vai tomando em seu processo como um todo, as ênfases seriam as seguintes.

O primeiro livro se concentra na produção do valor objetivado num produto, como valor que atende a uma necessidade, que é pois um valor de uso; e na produção da mais-valia, produzida de forma absoluta ou relativa e que se realiza como lucro no momento do intercâmbio. Para chegar a isso, é necessário explicar o intercâmbio do dinheiro por mercadoria, a forma anterior desta que é o produto e como este é

realizado pelo trabalho vivo, sendo este, portanto, como trabalho produtivo, fonte incontestável de valores de uso e da mais-valia socialmente produzidos.

O segundo livro se concentra tanto na circulação do valor de troca particularizado, isto é, na circulação do valor de uso na forma de mercadoria e na circulação do dinheiro para o seu intercâmbio, quanto na realização da mais-valia como lucro que ocorre necessariamente no processo de intercâmbio. As ênfases levam a considerar não apenas a metamorfose do capital e de seu giro em seus circuitos, como os tempos e custos da produção e da circulação, a relação dos capitais particulares com a reprodução e circulação do capital social agregado, bem como a reprodução e acumulação do capital em escala estendida.

O terceiro se concentra no movimento do valor em sua forma universal, com a liberação do capital de sua forma particular de produto-mercadoria, para a sua forma universal de dinheiro-mercadoria. As ênfases levam à análise da relação entre mais-valia e lucro, taxa de mais-valia e taxa de lucro, o lucro médio e a lei da tendência da queda da taxa de lucros, a relação entre lucro e juros. Aqui as reflexões se desdobram no plano do *mercado mundial* como esfera da universalidade do capital convertido em sua forma de dinheiro, a relação entre os capitais produtivos e comerciais particulares, possibilitando compreender a concorrência e o *deslocamento do capital*, entre nações ou territórios, tanto pela via do investimento, crédito, remessas de lucros e pagamento de juros, quanto da realização da mais-valia como lucro pela via do comércio internacional ou regional.

Nesses três momentos, considerando as metamorfoses do capital, as ênfases corresponderiam à realização do lucro pelas três formas de capital: produtivo, comercial e financeiro. Pois, sem a mais-valia produzida no setor produtivo – na rotação presente ou em rotações passadas do capital – é impossível haver lucro no setor comercial ou financeiro. E, como

o dinheiro é um substituto da mercadoria no sistema de intercâmbio, a realização do lucro pelo capital a juros, por empréstimos ao capital produtivo e comercial, supõe a realização da mais-valia do produto como lucro no mercado.

Passagens lógicas da exposição

Em linhas gerais, embora o capital seja um processo contínuo em que a produção, a circulação e a representação do valor se requerem mutuamente para a sua realização, pode-se explicitá-lo considerando as várias mediações e contradições de seu processo como um todo a partir de três passagens lógicas.

Na primeira passagem, a ênfase está na *produção do capital*, no investimento do capital em meios produtivos, cuja transformação pelo trabalho resulta no surgimento do produto que comporta um valor de uso e um valor de troca. Em linhas gerais, o valor de troca do produto corresponde ao valor somado dos meios produtivos gastos em sua produção, ao valor pago aos trabalhadores em salário e à mais-valia produzida pelo trabalho, mas que não foi paga aos trabalhadores. A venda do *produto* no mercado, convertido pois em *mercadoria* trocada por *dinheiro*, permite ao *capital produtivo* realizar uma parte da mais-valia, produzida pelos trabalhadores, como lucro que acumula para si.

Na segunda passagem, que destaca outro aspecto do mesmo processo, a ênfase está na *circulação do capital* – graças à determinação do produto como mercadoria em razão do valor de troca que ele comporta – que possibilita a realização da mais-valia como lucro. Tal circulação é o que possibilita a futura ocorrência de um novo giro produtivo, com o intercâmbio do produto final por dinheiro a ser aplicado em novos fatores produtivos pelo capital produtivo – matérias-primas,

energia, materiais secundários etc., bem como força de trabalho –, que serão aplicados novamente, em conjunto, no processo produtivo. Mas, a circulação, igualmente, possibilita ao capital comercial, com a compra e venda de mercadorias já produzidas, realizar como lucro, na forma de dinheiro, outra parte da mais-valia presente nessas mercadorias.

Na terceira passagem, a ênfase recai na circulação do capital em forma de dinheiro – graças à determinação, pela formação social, do dinheiro como *representação do valor* de troca – possibilitando, assim, a liberação do capital de suas formas particulares para a sua realização sob uma forma universal. Trata-se do momento lógico final da metamorfose do capital, nessa dialética da transformação do valor. De fato, no momento inicial dessa metamorfose, o capital havia deixado a sua forma dinheiro e se convertido objetivamente em meios particulares, na forma de fatores produtivos. Então, no processo produtivo do capital, com o emprego do trabalho, foram gerados novos produtos, igualmente, particulares. Por sua vez, esses produtos particulares foram, então, intercambiados no mercado por dinheiro, ganhando o capital novamente uma indiferenciação universal, no seio da totalidade capitalista, sob a forma de signos de valor, reconhecidos no seio da formação social como reserva de valor, que tanto podem ser acumulados quanto usados como meio de troca na circulação do capital. E, por fim, esse dinheiro, como universalidade de representação do valor, é tratado em seus giros próprios no sistema de intercâmbio do capital, trocando-se dinheiro por mais dinheiro – como resultado do financiamento da produção e da comercialização – com a realização, sob a forma de lucro financeiro do capital a juros, de uma terceira parte da mais-valia, anteriormente gerada pelo trabalho produtivo.

Assim, nesses três momentos, temos a realização do lucro pelas três formas do capital: capital produtivo, capital comercial e o capital a juros. Sendo que o capital comercial e o capital a juros são considerados, em síntese, como capital

mercantil ou improdutivo, distinguindo-se, portanto, do capital investido no processo da produção de valores de uso, que é considerado capital produtivo.

Passagens lógicas da investigação

Se o movimento da exposição da síntese conceitual começa pela produção do capital pelo trabalho, o movimento inicial da investigação do processo do capital parte do fenômeno mais superficial que é o lucro.

Nessa investigação, para explicar, pois, como opera a relação $D - M - D+$, realiza-se o estudo do movimento dialético do valor, partindo de como este aparece fenomenicamente na realização do *lucro* até chegar à sua produção histórica pelo trabalho humano. Nesse movimento, parte-se do *dinheiro* e da *mercadoria*, isto é, daquilo que aparece no sistema de intercâmbio que é o mercado, para compreendê-los a partir do *valor troca*, suposto na circulação de ambos. Chega-se, por fim, àquilo que possibilita a realidade do *valor de uso* (como condição do valor de troca) e que funda esses três elementos (meios econômicos, valor econômico e representação de valor) despidos completamente de sua aparência que é, pois, o *trabalho humano* como essência do valor econômico. Porém, esse trabalho, como fonte de valor e base de qualquer sistema econômico, está concretamente negado, em sua determinação essencial e efetividade histórica, numa totalidade na qual ele se realiza, nesse caso, contraditoriamente ao ser do capital.

Assim, compreendendo como o trabalho determina o capital e como o capital determina o trabalho na contradição essencial que os une, na produção, acumulação e reprodução do valor econômico, Marx retorna ao exaustivo trabalho de considerar todos os diferentes aspectos pelos quais o traba-

lho e o capital são determinados, como o valor é produzido e circula, como é distribuído, acumulado e reinvestido, até retornar à sua manifestação aparente na forma de mercadoria e dinheiro, compreendida, agora, desde a totalidade de contradições que determinam o valor como capital no seio de uma totalidade contraditória que é a totalidade do capital.

Assim, são distintos o sequenciamento da pesquisa e o da exposição do seu resultado.

Somente por ter realizado esse caminho de pesquisa, Marx pôde considerar a relação existente entre valor e preço, mais-valia e lucro, taxa de mais-valia e taxa de lucro, pôde compreender a relação entre o essencial e o fenomênico, tratando, pois, de investigar o invisível e essencial partindo do visível e superficial dos fenômenos: “Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos.” (Marx, 1988, Livro 3, v. 4, p. 32).

A verdade do que resulta desse movimento de produção de conhecimento, entretanto, não está sustentada pela simples síntese dos conceitos assim produzidos sobre a realidade. Como a *razão* é fruto da dialética transformação da natureza humana pela práxis social, é nesta (na práxis social) que tais conceitos podem ser comprovados. Assim, a investigação da história passada e presente, tendo por base a práxis contraditória das sociedades, é o que permite a verificação e validação do conhecimento produzido no seio da própria totalidade histórica, com as limitações que ela lhe impõe.

Com esse enfoque, Marx pôde analisar como se reproduz a alienação, em que a subjetividade de seres humanos exteriorizada como valor pelo seu trabalho, lhes é tomada por quem detém a propriedade dos meios produtivos. Pôde compreender a relação entre a alienação econômica da classe trabalhadora e as ideologias que justificam, legal e moralmente, a exploração do trabalho alheio, considerando a transforma-

ção dos modos de produção, o desenvolvimento dos sistemas de intercâmbio e a superação de diferentes formações sociais no longo da história.

Explicitação didática do movimento básico de investigação

Visando apenas facilitar a percepção do *movimento básico da investigação*, usaremos um exemplo, meramente didático, conciso e elementar, sobre a produção da mais-valia e realização do lucro, sem explicitar aqui os vários aspectos do problema da produção da mais-valia e da realização do lucro que foram analisados detalhadamente por Marx. O que nos interessa aqui é apenas apontar, didaticamente, algumas passagens lógicas da investigação que vai da aparência à essência, do lucro à mais-valia.

Como vimos, Marx investiga o movimento da práxis com o método dialético que parte da aparência para chegar a essência. O fenômeno inicial, da qual partiremos nesse exemplo, é a circulação do dinheiro e a realização do lucro. E, partindo desse fenômeno, chegaremos à produção social do valor econômico pelo trabalho e à apropriação privada da mais-valia com a realização do lucro.

A partir da investigação da movimentação do dinheiro, do que é aparente, fenomênico, avançaremos por um movimento de análises e sínteses para a compreensão do aspecto invisível e essencial da realidade econômica do capital em constante movimento, como resultado da práxis dos atores históricos.

Assim, se alguém emprestou 100 e recebeu 110, então, devemos nos perguntar pela origem histórica desses 10 a mais em valor, que são recebidos como juros pelo credor na circulação do dinheiro. De onde surgiu esse valor?

O pagamento do empréstimo em si, entregar mais dinheiro em troca do dinheiro que foi recebido, não explica a origem desses 10 a mais.

Assim, o processo de valorização do dinheiro mediante a sua troca por mais dinheiro, através do empréstimo e do recebimento do montante principal acrescido de juros, necessita ser dialeticamente analisado até chegar-se aos elementos mais simples que o tornam possível, para que tal fenômeno seja adequadamente explicado.

Vamos, então, ao segundo momento de análise, em busca de entender o que o tomador do crédito realizou com o dinheiro emprestado para restituir um valor maior ao credor. No caso desse exemplo, meramente didático, o dinheiro foi emprestado para ser usado num intercâmbio comercial, sendo trocado por alguma mercadoria a ser, posteriormente, vendida.

Assim, o dinheiro emprestado foi trocado por algo que não é dinheiro e que foi recebido, em troca dele, num sistema de intercâmbios que se chama *mercado*. Aquilo que foi levado ao mercado para ser trocado se chama *mercadoria*.

Nessa esfera do intercâmbio de mercadorias – em que dinheiro e produto são permutados na circulação do valor – um comerciante, em nosso exemplo, que havia tomado um empréstimo de 100, gastou 90 comprando mercadorias que depois vendeu por 140. Obteve assim um resultado favorável de 50 na operação de compra e venda. Porém, como seus custos operacionais, nesse exemplo didático, somam 30, restou com um benefício de 20. Assim, após restituir 10 em juros ao credor e liquidar o principal da dívida, obteve 10 como lucro líquido da operação de compra e venda da mercadoria negociada, pois: 100 [empréstimo inicial] – 90 [custo da mercadoria] + 140 [receita da venda] – 30 [outros custos] – 110 [pagamento do empréstimo com juros] = 10 [lucro].

Contudo, faltam ainda algumas respostas: por que alguém vendeu ao comerciante, por 90, um *produto* que valia

140 e qual é a origem desses 10 em valor que ele realizou como lucro? Assim, na análise da mera etapa mercantil da *circulação* do valor, a pergunta pela *origem* do valor a mais acumulado como lucro não encontra uma resposta adequada, seja considerando a troca de dinheiro por mais dinheiro ou de dinheiro por mercadoria e desta por mais dinheiro. Por isso, o nível de análise precisa ser desdobrado uma vez mais para responder a essas perguntas.

No primeiro nível, analisamos, em nosso exemplo, como o dinheiro trocado por dinheiro resultava em mais dinheiro: um juro de 10.

No segundo nível, mais aprofundado, vimos que o dinheiro era requerido para a operação de um intercâmbio comercial e que a troca do dinheiro por produto e deste por mais dinheiro, cobrindo-se os custos havidos, resultava, para o comerciante, num lucro de 10. Porém, tal análise – considerando apenas como o dinheiro e o produto circulam no intercâmbio das mercadorias como meios de troca de valores – não explica a origem do valor a mais que foi acumulado tanto na movimentação comercial quanto na movimentação financeira do dinheiro.

Esses dois momentos de análise já prenunciam, entretanto, a distinção posterior, no momento da síntese, entre capital e juros (capital financeiro) e capital comercial, como duas faces do capital mercantil, que opera na circulação do valor no mercado, na troca do dinheiro por mais dinheiro e na troca do dinheiro por produto e deste por mais dinheiro. Mas, a categoria de *capital* ainda não está determinada, pois estamos no movimento de análise, em busca da contradição mais simples que nos permita compreender a origem do valor econômico que se manifesta na superfície do fenômeno como realização do lucro comercial e financeiro. Pois, somente quando chegarmos ao elemento mais simples, que explica a origem do valor, é que poderemos regressar à compreensão da totalidade concreta, compreendida como *totalidade do capital, com a*

síntese que expressa a inter-relação das múltiplas determinações de seu processo como um todo.

Trata-se, pois, de desvendar de onde vem os 10 a mais que são recebidos pelo credor que antecipou o dinheiro para o comerciante e os outros 10 que são acumulados pelo comerciante.

Então, chegamos ao terceiro nível de análise, no qual é considerado como foi feito o produto que, em nosso exemplo didático, foi vendido ao preço de 90 para o comerciante, que o revendeu por 140 ao consumidor final e que depois entregou 110 ao credor.

Para a sua produção foram gastos recursos com matérias-primas, energias, máquinas, ferramentas, trabalho, etc. Ora, se fossem deixadas as máquinas, ferramentas e matérias-primas paradas, não teria havido o surgimento do produto, não teria sido criado um novo *valor de uso* que possibilita ao produto comportar *valor de troca*. Assim, na origem da produção do valor de troca da mercadoria está o *trabalho*.

E como todos os valores gastos na produção são recuperados no preço final, se descontarmos do preço final todos os gastos com matérias-primas e matérias secundárias, energias, desgaste de máquinas e ferramentas, etc. – que permanecem *constantes* no preço final do produto, nele contabilizados no exato valor de seu custo – restará apenas o valor que foi pago em remuneração do *trabalho* que cria o novo valor. Mas o valor criado pelo trabalho é maior do que o valor pago em salário ao trabalhador.

Esse nível de análise nos leva a perceber que o trabalho está na origem da produção do valor de uso e do valor de troca da mercadoria. Ao trabalhador, entretanto, é pago um valor menor que o valor por ele produzido.

Nesse exemplo didático, temos como dado que, rateando todos os custos produtivos pelo volume de produtos realizados, os custos totais por unidade produzida foram 80. Destes, 40 foram pagos em salário e 40 cobriram os demais custos.

Como o proprietário dos meios produtivos vendeu o produto para o comerciante por 90, resultou-lhe um lucro de 10.

Porém, considerando que o valor do produto corresponde à quantidade média de trabalho socialmente necessário à sua produção, somada à quantidade de trabalho anteriormente materializada nos demais meios produtivos nela consumidos, considerando que o valor produzido pelos trabalhadores foi de 70 ao longo da jornada laboral e que receberam em salário apenas 40, restaram 30 em horas de trabalho não pagas que serão acumuladas pelo capital (produtivo, comercial e financeiro) em seu processo de realização de lucros como um todo. Nesse exemplo, meramente didático para uma aproximação inicial ao tema – em que desconsideramos os demais fatores que incidem sobre o custo final e o preço final – essa mais-valia, produzida pelo trabalho, foi repartida entre o proprietário dos meios produtivos, o comerciante e o credor financeiro.

Se detalhássemos essa análise, em suas diferentes particularidades, teríamos de considerar vários outros fatores, entre os quais: o cálculo do tempo médio de trabalho socialmente necessário à produção do bem em questão, com base no estágio de desenvolvimento das forças produtivas já alcançado no seio da sociedade em que a produção ocorre; as diferentes composições *técnica* e *orgânica* dos capitais das empresas, para analisarmos o valor da mais-valia nelas produzido e por elas realizado como lucro, considerando o volume de investimento em meios tecnológicos de produção (máquinas, equipamentos, etc.) que ampliam a produtividade e reduzem o tempo de trabalho necessário à produção, o volume de investimento realizado em trabalho vivo, com o pagamento de salário, e a relação entre ambos no custo final por unidade produzida; a diferença entre valor de troca e preço da mercadoria e como, em razão da concorrência nos mercados, a mais-valia se desloca no interior das cadeias produtivas ou entre as empresas que produzem um mesmo tipo de bem ou

serviço e que disputam mercados entre si; os *impostos* que incidem sobre a atividade do capital a juros, do capital comercial e do capital produtivo e que possibilitam ao Estado arrecadar uma parte da mais-valia produzida e realizada; e como a mais-valia se desloca entre diferentes territórios e países, no âmbito do mercado mundial, em processos de concentração e centralização de capitais, envolvendo, *entre vários outros fatores*, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada território ou país, que impacta na assimetria de valores e preços pelos quais os produtos são intercambiados nos mercados doméstico e internacional, as remessas de lucros das empresas às suas matrizes e o pagamento de juros.

O objetivo limitado desse exemplo, entretanto, é apenas explicitar a lógica básica da investigação, que parte do visível e aparente para chegar ao invisível e essencial, mostrando que os 10 que foram recebidos em juro pelo credor, em razão do empréstimo do dinheiro, os 10 que foram realizados como lucro pelo comerciante, em razão da venda da mercadoria, e os 10 que foram realizados como lucro pelo proprietário dos meios produtivos que comandou a produção do bem vendido ao comerciante, foram gerados pelos *trabalhadores* que produziram o bem que foi comprado pelo comerciante e, posteriormente, revendido ao consumidor.

O lucro, portanto, que aparece na superfície do fenômeno somente existe como manifestação da acumulação da mais-valia produzida pelo trabalho e que não é paga aos trabalhadores.

A forma de calcular a mais-valia e a taxa de mais-valia e de calcular o lucro e a taxa de lucro, compõem vários aspectos e muitas sutilezas que Marx desenvolveu com grande riqueza de detalhes em *O Capital*, mas que não foram incluídos nesse exemplo, pois não era nosso objetivo aqui explicitar esse detalhamento.

Esse exemplo didático, entretanto, apresenta alguns elementos básicos da lógica do processo de produção do valor

de acumulação do capital, que nos ajudam a entender a intrínseca relação entre os capitais financeiro, comercial e produtivo.

(1) processo da produção, circulação e acumulação de capital

No processo produtivo têm-se a criação de um *valor maior* do que o investido pelo capital. Essa diferença é gerada pelo trabalho. Uma parte desse *mais-valor* é apropriada por quem *detém* os *meios de produção* requeridos para criá-lo. Uma outra *parte* é apropriada no comércio, por quem *detém* os *meios de circulação* requeridos ao intercâmbio do produto, que é convertido em mercadoria, com vistas a transformar em dinheiro o seu valor de troca e realizar em lucro o mais valor nele contido. E outra parte é apropriada no *setor financeiro*, por quem *empresta signos de valor* a serem usados no *intercâmbio das mercadorias*, para produção, comércio ou consumo final. Ao término de cada giro de produção do valor e de realização do lucro, o valor é novamente representado em signos, na forma de dinheiro, que são acumulados pelo seu proprietário como *reserva do valor econômico*, liberado de suas formas particulares, produtiva ou comercial, e realizado em sua forma puramente universal, como *dinheiro* no âmbito do mercado mundial.

Na análise desse fenômeno vão sendo criadas e desenvolvidas as categorias para explicitar os determinantes essenciais da realização do processo do capital como um todo e de cada uma de suas diferentes passagens em particular.

Com o emprego de tais categorias analíticas, investigando a metamorfose do capital, compreende-se como ele transita da forma universal de dinheiro para a forma particular de mercadoria, chegando à sua forma produtiva, sendo convertido, pois, em meios particulares de produção; e, em se-

guida, compreende-se como a transformação dos meios produtivos pelo trabalho resulta na criação do produto e como este se converte em mercadoria, ao ser trocado por dinheiro no sistema de intercâmbio que é o mercado, possibilitando a realização da mais-valia na forma de lucro com a venda do produto; e, explica-se, por fim, com a última passagem dessa metamorfose da reprodução ampliada de valor, a acumulação capitalista de *mais valor* sob a forma universal de dinheiro.

Podemos ver, no trecho a seguir, como Marx (1986b, p. 204) distingue o capital monetário, o capital mercadoria e o capital produtivo, ao mesmo tempo em que os apresenta como momentos de um mesmo processo do capital como um todo:

Viu-se que a existência do capital como capital-mercadoria e a metamorfose que ele percorre dentro da esfera da circulação, no mercado, como capital-mercadoria – uma metamorfose que se resolve em compra e venda, transformação de capital-mercadoria em capital monetário e de capital monetário em capital-mercadoria –, constituem uma fase do processo de reprodução do capital industrial, portanto de seu processo global de produção; mas que ao mesmo tempo nesta sua função de capital de circulação se diferencia de si mesmo como capital produtivo.

São duas formas separadas, diferenciadas, de existência do mesmo capital. Parte do capital global social encontra-se continuamente nessa forma de existência como capital de circulação no mercado, empenhado no processo dessa metamorfose, embora, para cada capital individual, sua existência como capital-mercadoria e sua metamorfose enquanto tal apenas constituam um ponto de passagem em constante desaparecimento e constantemente renovado, um estágio de passagem da continuidade de seu processo de produção. Por isso os elementos do capital-mercadoria que se encontram no mercado variam constantemente. São constantemente retirados do mercado de mercadorias e são devolvidos com a mesma constância como novo produto do processo de produção.

O capital de comércio de mercadorias é, pois, apenas a forma transmutada de parte desse capital de circulação, constantemente presente no mercado, presente no processo de metamorfose e sempre envolvido pela esfera da circulação. [...]

O comerciante de mercadorias, enquanto capitalista em geral, aparece primeiro no mercado como representante de certa soma de dinheiro que ele adianta como capitalista, ou seja, que quer transformar de x (valor original da soma) em $x + \Delta x$ (essa soma mais o lucro sobre ela). Mas para ele, não só como capitalista em geral, mas especialmente como comerciante de mercadorias, é evidente que seu capital precise originalmente aparecer na forma de capital monetário no mercado, pois ele não produz mercadorias, mas apenas comercia com elas, intermedeia seu movimento e, para comerciar com elas, precisa primeiro comprá-las, tendo de ser portanto possuidor de capital monetário.

Assim, o movimento do capital de circulação é uma etapa necessária para a realização do movimento do capital produtivo. Trata-se, nesse caso, do movimento do valor que vai do universal ao singular (metamorfose do dinheiro em meios produtivos) e depois retorna do singular ao universal (metamorfose do produto em dinheiro). Nesta passagem, o valor presente no produto singular – nele objetivado sob uma relação de exploração do trabalho pelo capital – é, pelo processo do intercâmbio, liberado para alcançar a sua forma universal como dinheiro, para realizar um novo giro de reprodução do valor e de acumulação de capital. Esse é o movimento básico do fenômeno explicitado nos três livros de *O Capital*.

O primeiro momento é o da produção do valor, que é justamente o momento mais simples a que se chega na investigação da materialidade do capital, quando a contradição entre o capital e o trabalho determina a produção do valor, sob um modo de produção fundado na alienação do trabalho pelo capital. Trata-se da produção do valor de uso, que tem a possibilidade de realizar-se como *valor de uso social* – isto é, atender à necessidade de outrem – e, por isso mesmo, de ser levado ao intercâmbio como valor de troca, sendo determinado, no sistema social de intercâmbio, como mercadoria. É justamente esse intercâmbio o que permite realizar, na forma de lucro, a mais-valia contida no valor de troca da mercadoria.

Por sua vez, no mercado, para que possa haver o intercâmbio dos meios produtivos e dos meios de consumo, por-

tanto dos meios de uso, realizando o lucro numa forma universal de valor, há um termo usado como equivalente geral de valor, que medeia o intercâmbio das mercadorias: o dinheiro. Portanto, temos o dinheiro como um meio de intercâmbio requerido para a operação do capital comercial em sua realização do lucro com a metamorfose do capital, que transita da forma *particular* de mercadoria para a sua forma *universal* de dinheiro. Aqui, a alienação no intercâmbio, que precede a alienação no consumo, relaciona-se ao modo como as necessidades humanas são tratadas como meio para a acumulação de capital, condicionando a sua satisfação à oferta de dinheiro no mercado visando a realização do lucro.

Por fim, o processo capitalista de empréstimo do dinheiro e de sua devolução, em montante ampliado segundo uma taxa de juros, leva a *alienação do valor* ao seu ápice de universalidade. Pois se trata de uma *realização do valor* que o nega em sua função social – tanto como meio particular de atendimento da *necessidade humana* no sistema social de intercâmbio quanto como expressão particular da *capacidade humana de trabalho* exercida num modo de produção – transformando a *propriedade do dinheiro*, determinado pela formação social como *representação universal e reserva de valor*, em *meio financeiro* para acumular *mais valor* sob a forma de *mais dinheiro*, que resulta da *alienação humana* no processo do capital em seu conjunto, nas atividades de produção do valor, de intercâmbio do valor e de representação do valor.

A unidade dos três livros de O Capital

Assim, em linhas gerais, o primeiro livro trata da produção do capital. O segundo trata da circulação do capital. E o terceiro do processo global do capital.

Sobre a relação dos três livros entre si, Marx afirma o seguinte:

No Livro Primeiro foram investigados os fenômenos que o processo de produção capitalista, considerado para si, apresenta, como processo de produção direto, tendo-se feito abstração ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias estranhas a ele. Mas esse processo de produção direto não esgota o ciclo de vida do capital. No mundo real, ele é complementado pelo processo de circulação, e este constituiu o objeto das investigações do Livro Segundo. Aqui se mostrou, especificamente na Seção III, no exame do processo de circulação como mediação do processo de reprodução social, que o modo de produção capitalista, considerado como um todo, é unidade de processo de produção e de circulação. Do que neste Livro Terceiro se trata não pode ser da formulação de reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se muito mais de encontrar e expor as formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção. (Marx, 1986b, p. 23, grifo nosso).

Nessa passagem, Marx usa dez vezes a *categoria processo*. O elemento central para o entendimento do processo global do *capital* é o momento em que o valor econômico, produzido pelo trabalho, se *libera* do produto, determinado como mercadoria, e é representado como *dinheiro*, na magnitude de um valor maior que o investido na produção, na comercialização ou na operação de crédito.

A exposição desse fenômeno é tema central do Livro 3: « relação entre o valor e sua representação; a relação entre o valor e o preço, a diferença entre o valor real do produto e o

preço que lhe é atribuído no mercado e a realização da mais-valia na forma de lucro pelo capital produtivo e improdutivo.

Representação do valor, sua acumulação, crédito e valores fictícios nas crises do capital

A análise da relação entre o valor econômico do produto e o seu preço em dinheiro permite identificar, por exemplo, quando os preços dos ativos nos mercados estão posicionados muito acima do seu valor real, revelando-se tal diferença como uma ficção de valor econômico ou como um capital fictício que, embora em alguma medida participe na progressão do processo do intercâmbio e da produção nos giros de reprodução ampliada do capital, prepara a própria crise econômica dessa reprodução, que se abaterá se o movimento de busca de realização de lucros com a venda desses ativos ocorrer de maneira simultânea e generalizada.

Por outra parte, a análise do endividamento progressivo dos atores econômicos – em razão do crédito a eles oferecido – e a elevação do pagamento de juros que eles devem honrar em relação ao volume total de mais-valia apropriada pelo capital produtivo e comercial e em relação ao volume de salários recebidos pelos trabalhadores, permite antever, de igual modo, a crise de reprodução do capital, pela redução do investimento na produção e no comércio e pela redução dos gastos em consumo final – uma vez que parte expressiva do valor produzido, após ser convertido em dinheiro, será canalizada à realização de lucros do capital a juros, pelo pagamento de dívidas contraídas anteriormente para produção, comércio e consumo.

Assim, o limite da taxa de juros, do ponto de vista da reprodução do capital produtivo e comercial em geral, está relacionado ao volume de mais-valia realizado com o investimen-

to do dinheiro emprestado. Pois do contrário, se no período de um giro de produção e de realização do valor, o volume a ser pago em juros, pelo capital produtivo e comercial, for maior do que o lucro gerado na produção e no comércio, haverá uma descapitalização do setor produtivo e comercial, ao passo que o capital a juros realizará como lucro um valor superior à mais-valia produzida naquele período. Isso somente ocorre porque, nessas condições, o capital a juros acumula, igualmente, uma parte da mais-valia anteriormente realizada como lucro, pelo capital produtivo e comercial, que havia sido convertida em patrimônio das empresas, na forma de investimentos realizados no passado. Contudo, tal patrimônio deverá ser, agora, liquidado em dinheiro, para honrar o pagamento das dívidas contraídas junto ao capital financeiro. Se essa situação se mantiver por sucessivos giros de produção e comercialização, tem-se uma crise econômica prolongada, reduzindo a atividade de produção e de circulação de meios econômicos, enquanto o capital a juros segue realizando lucros elevados, até que ocorra o abatimento de parte expressiva da dívida existente.

Desse modo, se o capital fictício – como signo de valor sem lastro – concorre, inicialmente, para alimentar processos de produção e de circulação de meios econômicos, por outro lado, ele prepara a própria crise econômica que vai ocorrer mais adiante quando aqueles papéis ou contratos forem submetidos a um processo simultâneo de realização de lucro, porque o valor real dos ativos não corresponde à magnitude de valor fictício pelo qual são negociados nos mercados.

Por sua vez, se os empréstimos ao capital produtivo e comercial ativam igualmente o processo de produção e circulação, mas o volume de lucro realizado por ambos for recorrentemente menor do que o volume de juros a ser pago por eles ao capital financeiro, tende a ocorrer um aprofundamento do seu endividamento junto ao capital financeiro que – sendo generalizado – leva igualmente a uma crise econômica de longa duração.

De fato, todas as crises do capital se relacionam a uma série de elementos que eu não vou abordar aqui. O principal deles é a concorrência entre os capitais na disputa por mercados, que tende a baixar a taxa de lucro por unidade vendida e elevar o resultado final pela ampliação do volume de vendas obtido. Mas, quando o volume total de vendas, que se havia ampliado, cai abaixo de um certo patamar, a operação tende a tornar-se insustentável. O crescimento especulativo do capital fictício e a oferta generalizada de crédito, tendem a ampliar inicialmente a demanda. Contudo, o futuro estouro da bolha especulativa ou a situação generalizada de insolvência dos devedores, tendem a reduzir o volume de vendas, impactando fortemente na reprodução do capital.

A universalidade invisível do valor do capital e a formação social que a sustenta

O Livro 3, tal qual o Livro 2, não foi terminado por Marx. Engels o organizou, fazendo vários ajustes no material recolhido. Contudo, uma leitura da obra em seu conjunto, à luz do método dialético de Marx, permite tecer algumas considerações sobre o seu desfecho.

O terceiro volume seria uma síntese superadora do primeiro e do segundo. Pois, do ponto de vista da exposição, como movimento dialético de superação, é um retorno ao momento de origem da investigação: a explicação do essencial e do invisível que subjaz à circulação dos signos de valor no seio de uma formação social, que preserva, pelos contratos assegurados legalmente, a própria vigência desses signos de valor, como condição de preservar o valor econômico acumulado em sua forma de representação universal – sem o que, a

própria metamorfose do capital e sua acumulação não poderiam ser realizadas.

Como vimos, não pode haver a circulação do dinheiro, na superfície da sociedade, como representação universal do valor se não há a *produção do valor uso* e se não há a *circulação do valor de troca*. Pois do contrário não haveria valor para ser representado pelo dinheiro, nem intercâmbio no qual o valor devesse ser por ele representado.

Mas a *representação e acumulação do valor na forma de dinheiro* não são o momento final do capital – pois ele é um *processo*, que não se reduz a qualquer uma das formas que o valor assuma em sua contínua reprodução. Trata-se de um momento de passagem, no processo do capital como um todo, em que ele, reiteradamente, necessita deixar a sua forma universal de dinheiro para assumir novamente formas particulares, como as de meio produtivo, produto e mercadoria a ser trocada por mais dinheiro, para completar seus giros de reprodução ampliada do valor. Esse movimento é essencial ao capital, pois, a sua metamorfose em meios produtivos que, transformados pelo trabalho, resultam em novos produtos que comportam mais-valia, cuja venda no mercado torna possível a realização do lucro na forma de dinheiro, é a condição necessária para que o processo de reprodução do capital continue a existir – pois não é a circulação do dinheiro no sistema financeiro nem a circulação das mercadorias no comércio o que produz o valor econômico e sim o *trabalho produtivo*, isto é, o trabalho que gera produtos com valores de uso, cujo valor de troca é representado pelo dinheiro.

Desse modo, o capital que alcançou a universalidade como representação de valor, agora tem que voltar novamente a condição de meios particulares de produção, matéria-prima, material secundário, energia etc. Deve ganhar, então, novamente a condição da singularidade, como produto realizado pelo trabalho; produto que deve ser levado ao mercado e trocado por mais dinheiro outra vez. Pois, quando esse fenô-

meno deixa de ocorrer, nas proporções e tempos adequados, é o próprio sistema do capital que entra em crise, pois o capital é um processo.

Por outra parte, a *universalidade invisível do valor*, representada na *circulação universal do dinheiro* como meio de intercâmbio, supõe a existência de formações sociais que representem o valor por meio do dinheiro e que integrem os seus intercâmbios por meio do *mercado*, como *espaço de trocas*, que é, simultaneamente, *local e mundial*.

Em síntese, a preservação dos contratos é elemento-chave para preservar o *processo* de reprodução e acumulação do capital. Pois, os contratos e o dinheiro representam, no mercado, valores existentes ou a existir futuramente – se o que está previsto no contrato, como promessa dos contratantes, como compromisso que eles assumem entre si, for realmente cumprido.

Embora tais papéis, por sua materialidade, não comportem maior valor – como no caso de um cheque não assinado, a valer menos que uma folha de papel de embrulho –, a sociedade reconhece na *acumulação de signos de valor*, que medeiam contratos econômicos socialmente válidos, a *acumulação real de valores*, conferindo a tais papéis, por regulação de seu emprego no seio da formação social, a função de *reserva de valor*.

Em razão dessa função que lhes é atribuída socialmente, eles podem ser trocados por meios econômicos com diferentes valores de uso, se os contratos e as normas que regem o emprego de tais signos de valor forem preservados como válidos no seio da formação social em que eles foram instituídos. Porém, se as normas que regem o seu emprego forem alteradas, se esses contratos forem rompidos e se tais signos, que operavam como dinheiro, não forem mais aceitos como representação de valor, eles nada mais valerão; e o valor universal, que havia sido acumulado como capital sob a forma desses signos de valor, simplesmente desaparecerá.

Assim, o que sustenta a preservação da universalidade do capital sob a forma de dinheiro – de signo monetário ou

de contrato que registra promessa de pagamento futuro a ser realizado com moeda ou com ativos liquidáveis em moeda no processo da circulação – é a *formação social* em que tais signos e contratos são validados e preservados em sua vigência.

Nisso, por uma parte, tem-se a atuação dos atores econômicos da sociedade civil, que celebram os *contratos econômicos* entre si, reconhecendo a vigência desses *signos de valor como* meios de pagamento. E, por outra parte, tem-se a atuação do Estado: com sua *legislação* sobre o emprego de tais signos de valor e sobre a celebração e execução dos contratos entre os atores econômicos; com o *juízo* de disputas entre esses atores sobre os contratos celebrados entre si; e com a *coerção executiva*, para obrigar os atores a cumprirem os contratos por eles celebrados e para exigir o respeito às regras legalmente estabelecidas para a produção, circulação, emprego, apropriação e acumulação de signos de valor.

Então, o Livro 3 de *O Capital* teria não apenas de abordar a representação do valor em seus aspectos ainda não abordados anteriormente, nos Livros 1 e 2, mas de explicar o processo do capital como um todo, considerando as três etapas do movimento de sua reprodução ampliada: a sua etapa objetivada nos meios produtivos, que se conclui na realização do produto que comporta valor de uso e valor de troca; a etapa seguinte, em que produto devém mercadoria e é trocado por dinheiro, possibilitando a realização do lucro; e a terceira etapa, em que o valor, liberado da forma mercadoria, assume a forma universal do valor econômico, representado como dinheiro, que pode ser acumulado ou reinvestido. A conclusão desse raciocínio seria que a universalidade invisível do valor, representada na circulação universal do dinheiro como meio de intercâmbio, está assentada na formação social que o toma como representação de valor. E a esfera de intercâmbio capitalista universal, em que o dinheiro pode substituir a qualquer mercadoria, é a esfera do *mercado*, ao mesmo tempo local e mundial.

Desse modo, Marx aprofundou o debate sobre a alienação e a ideologia na esfera econômica, mostrando como ao dinheiro e ao mercado são atribuídas propriedades fetichizadas, que eles não possuem. A sua investigação do dinheiro como representação de valor e do mercado como sistema de intercâmbio de valores permitiu identificar a alienação que está na base do entendimento ideológico ou equivocado do lucro pelos teóricos da economia, pois o valor representado no dinheiro e a realização de lucros no mercado têm, respectivamente, no trabalho vivo e na produção de mais-valia a sua origem.

Este é, de fato, um dos grandes temas da reflexão de Marx, senão o principal: como ocorre a alienação da comunidade humana e dos indivíduos que a compõem e como superar essa alienação.

Para Marx, o trabalho, *exteriorizado* no produto como expressão da capacidade humana do trabalhador, está objetivado no produto como valor. Valor que, ao atender a necessidade de outro ser humano, como meio de sua humanização, pode mediar a realização da natureza humana comunal de ambos. Pois, no *produto* encontram-se integradas materialmente a expressão da capacidade do indivíduo e da comunidade humana, nele exteriorizadas pela práxis não-alienada do trabalho, que o fez existir no processo de sua produção social. Por outra parte, o produto, ao atender a necessidades humanas em razão de seu valor social de uso, pode ser materialmente *apropriado* pelo indivíduo e pela comunidade, com a realização da práxis não-alienada de seu uso ou consumo, reconhecendo-se a presença de si e da comunidade humana no valor do produto usado ou consumido, que pode ser livremente apropriado pelo indivíduo e pela comunidade humana, no processo histórico da reprodução social de ambos.

Contudo, sob o processo do capital, o trabalhador não pode se apropriar do produto realizado com seu trabalho, não pode se apropriar de uma parte de si mesmo externalizada no produto. Isso ocorre porque o produto, que contém o valor de uso criado por seu trabalho, não lhe pertence mas ao proprietário dos meios produtivos que o contrata. O produto é, assim, apropriado pelo capitalista, que dele se vale como meio para acumular mais dinheiro. Desse modo, o valor total produzido pelos trabalhadores não pode ser usado para atender às suas necessidades, de suas famílias ou comunidades, pois parte dele será realizado como lucro no mercado e repartido entre o capital produtivo, comercial e financeiro.

O capital, ao negar o trabalho para acumular mais-valia, aliena, desse modo, não apenas o trabalhador explorado, como *indivíduo* humano em sua *particularidade*, mas a própria natureza da *comunidade* humana, em sua *universalidade*. Pois o valor, que mediará a realização histórica, não-alienada, da liberdade do indivíduo e da liberdade das comunidades humanas, como expressão da natureza humana comunal dos seres humanos, é negado em sua humanidade como valor, para ser determinado historicamente, a partir dessa alienação, como capital.

Essa alienação histórica é o que sustenta a expressão fetichista do capital como *dinheiro*, cuja universalidade no mercado mundial requer a própria manutenção de formações sociais alienadas e opressivas, que preservem tanto a exploração do trabalho pelo capital quanto a vigência dos contratos firmados no uso de sinais que representam valor, para assegurar a sua operatividade no sistema de intercâmbio de mercadorias, como condições necessárias à realização do lucro e à acumulação do valor.

Trata-se, portanto, da alienação da comunidade humana, a possibilitar que o *processo do capital* – que é produto do *trabalho* humano, criação do *ser humano*, de suas relações de produção e de intercâmbio – seja colocado acima dos seres

humanos, subordinando a si os indivíduos e comunidades humanas. Tal subordinação ocorre para que os *giros* do capital – que realizam o lucro com a alienação do trabalho, do consumo e da comunidade humana – preservem a reprodução ampliada do valor e a acumulação deste pelos proprietários dos meios produtivos e dos meios de troca. Sob esse processo de produção e acumulação de capital, o valor, após alcançar a sua universalidade alienada representada no dinheiro, volta novamente a ser empregado no processo de exploração dos trabalhadores, materializando-se novamente no produto que deverá ser mercadoria vendida, para novamente ganhar a universalidade alienada sob a forma de dinheiro como representação do capital.

Da dialética entre o capital e o trabalho à dialética entre necessidades e capacidades humanas

Marx, ao investigar a diferença a mais em valor que aparece na forma de lucro realizado pelo capital financeiro, a relação deste lucro com o lucro do capital comercial e deste com o lucro do capital produtivo, chega, por fim, ao *processo produtivo do valor pelo trabalho*, ao processo de geração do produto que, com seu valor de uso e seu valor de troca, circula pelo sistema de intercâmbio. Ele chega, assim, àquilo que, determinado pelo capital, gera o *mais valor* que o produto contém – mais valor que será realizado como *lucro* no mercado –: *o trabalho em sua contradição com o capital*. Chega, desse modo, à categoria analítica mais simples e não necessita ir além dessa contradição entre capital e trabalho para, a partir dela, empreender o movimento de síntese conceitual que permite explicitar a essência (*Wesen*) e a forma (*Gestalt*) do processo do capital.

Mas, por se tratar de uma *contradição histórica*, a investigação sobre como tal contradição foi historicamente engendrada, na gênese do processo do capital, revela, igualmente, a superação do sistema econômico anterior e a passagem de fatores econômicos de um modo de produção a outro, como pressupostos da realização histórica do novo modo de produção, inerente ao sistema capitalista.

Assim, podemos entender como os pressupostos do capital, o *dinheiro* em sua universalidade e o *trabalho* em sua particularidade, foram liberados progressivamente da reprodução do sistema feudal, em função das contradições havidas entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, criando-se, com isso, as condições de possibilidade do surgimento do *capitalismo*, com a constituição e consolidação de seu modo de produção, de seu sistema de intercâmbio e de sua formação social.

E, do mesmo modo, podemos entender que, para a anterior emergência do sistema econômico feudal, houve igualmente a liberação de fatores produtivos de um modo de produção anterior, em que o trabalho estava subordinado pela *escravidão*.

Assim, a análise de Marx chega ao nível necessário de abstração das contradições do real para compreender a totalidade do sistema capitalista e a sua origem histórica.

Mas há um aspecto a destacar, nesse ponto do raciocínio, que é importante para o desfecho a ser dado ao final de nosso argumento.

Marx foi até esse nível elementar de análise da contradição entre o capital e o trabalho porque o objeto que buscava explicar em *O Capital* era o capital. Por isso, ele explicitou analiticamente nessa obra a contradição essencial que é a mais simples para a compreensão do processo do capital.

Porém, essa contradição mais simples não explica a razão pela qual o trabalho se sujeita a ser explorado pelo capital no modo de produção capitalista ou se sujeitou a ser explora-

do em distintos modos de produção anteriores, cuja contradição, que progressivamente se agudiza, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, leva a que fatores dos modos de produção anteriores sejam negados, liberados e recuperados nos modos de produção seguintes, sob novas formas de contradição econômica na exploração do trabalho.

Assim, se fizermos, com Marx, uma passagem a mais, não para entender a produção do capital, mas para abordar a produção do valor, não permanecemos na relação dialética entre *capital e trabalho* – pois a realidade do valor econômico é, historicamente anterior, à realidade do capital. Mas, chegamos a relação dialética entre *necessidades humanas e capacidades humanas*, particularmente a *capacidade* humana de trabalhar para produzir os valores de uso que não são gerados pela natureza e a *necessidade* de trabalho humano a ser empregado para produzir tais valores de uso, que atendem tanto às necessidades humanas mais antigas de nossa espécie, transformadas ao longo da história pelo desenvolvimento humano no modo de atendê-las, quanto às novas necessidades criadas culturalmente no seio das diferentes comunidades humanas.

Desse modo, podemos, com Marx, transitar a um nível mais aprofundado de reflexão sobre o valor econômico e social, desde o qual se percebe que o capitalismo, integrando um modo de produção, um sistema de intercâmbio e uma formação social determinada, é apenas uma realização histórica dos seres humanos. Criado pelos seres humanos, ele tende a ser historicamente superado, em razão de suas próprias contradições essenciais, pressionado pelo surgimento de outras formas de atender às *necessidades humanas* com o desenvolvimento das *capacidades humanas*, com o desenvolvimento das *forças produtivas* que, a partir de um dado momento, entram em choque com as *relações sociais de produção*.

Assim, ao investigar a relação dialética entre a *necessidade humana* e a *capacidade humana* de atendê-la, com os *valores de uso* que os seres humanos produzem pela práxis, entramos em outro nível de análise do modo de produção, do sistema de intercâmbio e da formação social.

Na base de todos os modos de produção encontramos uma relação dialética entre necessidades humanas e capacidades humanas, entre consumo e produção. Na medida em que a *necessidade* humana é negada pelo *consumo*, isto é, na medida em que a necessidade é satisfeita por ele, reproduz-se a *capacidade* humana de trabalhar e de *produzir* novos valores de uso que, por sua vez, podem ser consumidos para o atendimento da própria necessidade humana.

É nesse nível de abstração que podemos explicar os determinantes mais fundamentais que levam os trabalhadores a se submeterem à exploração do capital e a aceitarem receber um salário menor do que o valor produzido por eles próprios com seu trabalho.

Eles fazem isso porque têm *necessidades* por atender. E a *capacidade* de atendê-las, com o seu trabalho, requer meios produtivos que eles não possuem. Assim, premidos pela *necessidade*, aceitam receber o salário que lhes é pago, enquanto a *mais-valia* produzida por seu trabalho é realizada como lucro e acumulada pelo capital.

Mas, não basta, entretanto, apenas possuir meios produtivos e organizar outro modo de produzir, para dar origem a outro sistema econômico. É necessário, igualmente, possuir os meios de troca, organizar outro sistema de intercâmbio e outra formação social, como veremos mais à frente.

Analisando a relação dialética entre *necessidades e capacidades* humanas, podemos compreender como o capital acumula a *mais-valia* produzida pelo trabalho – ao atender, com a produção e venda de mercadorias, a um conjunto de *necessidades*, mesmo que por ele criadas. Mas podemos entender, igualmente, como a apropriação dos meios de produção pe-

los trabalhadores lhes possibilita exercer suas *capacidades* na organização de um modo de produção não-capitalista, produzindo excedentes de valor econômico que são empregados na libertação das forças produtivas, para o atendimento das *necessidades* de toda a sociedade.

Libertação do valor e libertação das forças produtivas

Em centenas de passagens de seus escritos Marx emprega a categoria geral de *libertação* (*Befreiung*) ou alguma de suas variantes particulares, formadas por palavras compostas, ao modo como a língua alemã o permite, por exemplo, *movimento de libertação* (*Befreiungsbewegung*).

Ele, contudo, não era um filósofo da libertação – ou talvez tenha sido, a depender de como se defina *filosofia da libertação*. Isso poderia ser, inclusive, um debate interessante aqui, nessa comemoração dos 150 anos d’O *Capital*. Mas, fato é, que algumas sutilezas sobre o tema não estão presentes no seu pensamento – como a distinção entre libertação e liberação. Ele, por exemplo, aplica indistintamente o termo *Befreiung* (libertação) tanto ao *capital* quanto à *classe trabalhadora*².

Em A Ideologia Alemã, Marx realizou uma crítica incisiva ao conceito de autolibertação – formulado por Max Stirner. E, em sua participação na fundação da Associação Interna-

2 Em se tratando da classe trabalhadora, temos: “Die Befreiung der Arbeiterklasse muß das Werk der Arbeiterklasse selbst sein.” (Marx In: Marx; Engels, 1966, p. 408).

Por sua vez, em relação ao capital, temos: “Überschreitet die zusätzliche Nachfrage, was zugeführt werden kann durch Befreiung des Kapitals, das im Zustand von unverkauften Gütern existiert, und wenn der Geschäftsmann zusätzliche Reserven hat, die produktiv investiert waren (z. B. in den öffentlichen Staatspapieren), aber nicht in seinem eigenen Geschäft, ist er befähigt, zu erhalten für einen Teil von diesen nicht mehr Zins, sondern Profit und so zu gewinnen die Differenz zwischen dem Zinsfuß und der Profitrate.” (Marx in: Marx; Engels, 1983b, p. 518).

cional dos Trabalhadores, eternizou a frase: “A libertação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora.” (Marx In: Marx; Engels, 1966, p. 408).

Essas teses sobre a impossibilidade de uma autolibertação individual, solipsista, e de que a libertação dos oprimidos é obra realizada em comum por eles próprios em sua práxis de libertação, que requer a sua prévia união, ecoam no pensamento de Paulo Freire (1987, p. 52): “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” – comunalmente, numa criadora união comum, em que os atores se consubstanciam na solidariedade dos seus existires, mediada pelo exercício dialógico da palavra de cada qual, que antecede e provoca a colaboração deles entre si no processo de sua libertação em busca do *ser mais*.

Destacaremos, aqui, apenas alguns aspectos relacionadas à *práxis*, ao *pensamento* e à *linguagem*, que subjazem a essas teses de Marx e Freire para explicitar uma distinção entre *libertação* e *liberação*, que será retomada na última parte de nossa exposição, em referência à *libertação das forças produtivas*.

Como sabemos, há uma relação intrínseca entre ação humana e pensamento, consciência e linguagem. Não podemos pensar como seres humanos ou cooperar com outros seres humanos sem o emprego de alguma linguagem. Mas, como *a linguagem que usamos para pensar é socialmente produzida* – pois é fruto da ação dialógica dos seres humanos entre si, que aprendem a usá-la e a recriá-la no exercício mesmo de seu emprego no seio de comunidades humanas, visando atender às suas necessidades de comunicação e de ação –, não podemos aprender a usá-la sozinhos, sem a participação de outros seres humanos nesse aprendizado. E, justamente por isso, por haver necessariamente algum regime de signos socialmente modelado e historicamente produzido pela práxis social como *condição do pensamento humano* e da cooperação dos seres humanos entre si, não podemos *pensar* sem outros seres humanos.

Ora, como a libertação exige que cada qual, em sua práxis não-alienada, seja sujeito de sua história e pense a ação que realiza e como ninguém pode pensar por outro ou sem os outros, mas somente com outros – dado o caráter dialógico da linguagem que medeia o pensamento de cada qual e de todos –, temos, por consequência, que ninguém pode se libertar sozinho ou libertar a outro, como se este outro fosse uma *coisa* a ser movida de uma situação a outra melhor, independentemente do exercício próprio de sua práxis, como sujeito histórico de sua libertação, de seu pensar e de seu agir.

Com isso podemos distinguir *libertação* e *liberação*.

A *libertação* ocorre quando as pessoas são sujeitos históricos da transformação da realidade, do mundo em que vivem e de si mesmas, possibilitando a ampliação do exercício de suas liberdades pessoais e das liberdades públicas, *suprimindo* impedimentos externos que limitam tais liberdades e *realizando* objetivos projetados que as ampliam, sendo pois atores, singulares e coletivos, operando em comunhão uns com os outros, como sujeitos históricos de seu próprio processo de libertação.

A *liberação* é quando alguma coisa é retirada de uma situação e colocada numa outra, deixando de cumprir uma função que anteriormente cumpria como mediação de um processo, passando a cumprir outra.

Assim, o capital circulante, investido em meio produtivo que, transformado pelo trabalho, se objetiva como produto e assume, em seguida, a forma de mercadoria, é *liberado* dessa condição particular, ao realizar-se em sua forma universal de dinheiro, com a venda da mercadoria.

No terceiro volume d'*O Capital*, Marx vai tratar justamente da apreciação, depreciação, liberação e vinculação de capital. Ele vai analisar como o capital é liberado de uma forma para ser objetivado em outra. Mas o capital não se *liberta*, o capital é *liberado*.

Por sua vez, a construção de um sistema econômico que suprima a exploração do trabalho, exige que as forças pro-

ductivas se *libertem* e não que elas sejam *liberadas* – pois a libertação da classe trabalhadora é obra dela mesma. As forças produtivas não são as máquinas e ferramentas ou outros componentes do investimento fixo. Elas estão relacionadas à capacidade social de produzir mediada pelas relações sociais de produção. Pois são os seres humanos que, aplicando sua capacidade humana transformadora, fazem dos instrumentos e meios produtivos, conhecimentos e energias uma força produtiva real, colocando-os em movimento na criação de valores de uso. Pois se não fosse o trabalho, aquilo tudo nada produziria.

Assim, temos aqui uma distinção clara entre o que é *libertação do capital* e o que é *libertação das forças produtivas*.

A libertação das forças produtivas é possível porque, mais abaixo da contradição entre capital e trabalho, está a relação dialética entre *necessidades* e *capacidades*, desde a qual o trabalho, libertando-se, como força produtiva em relação ao capital, se volta não mais à produção do valor de troca para a geração de mais-valia a ser acumulada como lucro, mas à produção do valor de uso para atender às necessidades da sociedade.

A libertação das forças produtivas, porém, somente alcança seu propósito com a organização, pelas comunidades humanas, de um novo modo de produção, de um novo sistema de intercâmbio e de uma nova formação social, suprimindo as diferentes formas de alienação em relação à produção, circulação, uso, consumo e representação do valor.

2. A sistematização de Engels dos Livros 2 e 3 de *O Capital*

O Capital foi escrito dialeticamente, como Marx sempre fez com seus textos, revisando e modificando aspectos do que já havia elaborado anteriormente à luz das superações alcançadas na continuidade da própria investigação. Mesmo o

Livro 1, publicado em vida, foi revisado para nova edição. E os Livros 2 e 3 eram um *work in progress*. Eles sofreriam, dialeticamente, ajustes superadores em sua redação até estarem em condições de serem publicados. Sobre a versão final para o Livro 1, Marx disse a Engels, em carta (13/02/1866), que somente ele próprio poderia ajustar os manuscritos, que eram gigantescos, para publicação, tarefa que nem mesmo Engels poderia realizar.³

E sobre as pesquisas para os Livros 2 e 3, ele nem mesmo comentou com Engels sobre o volume de elaborações a que havia chegado, evitando ser pressionado por este para publicá-los no estágio em que se encontravam, preferindo avançar nos ajustes formais de uma parte da obra já bem consolidada e no desenvolvimento da pesquisa para a finalização do conteúdo de alguns temas, para os quais ainda buscava uma melhor solução.

Assim, quando Marx morreu, deixou um volume imenso de manuscritos inacabados. Alguns diziam que ele não havia escrito os Livros 2 e 3, mas apenas o Livro 1. Ao dar-se conta do espólio de Marx, Engels se surpreendeu com o volume e a extensão do material encontrado e se incumbiu da tarefa de organizar e ajustar os manuscritos inéditos de *Capital* para a sua publicação.

Ao sistematizar os Livros 2 e 3, Engels realizou um difícil e importante trabalho para a difusão da obra de Marx. Mas, igualmente, interferiu na interpretação do conjunto de *O Capital*, pelo modo como editou esses volumes, particularmente o Livro 3 – embora tenha realizado a atividade de edição com muito cuidado, buscando preservar, ao máximo possível, o trabalho original de Marx (Roth, 2015).

3 “Although ready, the manuscript, which in its present form is gigantic, is not fit for publishing for anyone but myself, not even for you. I began the business of copying out and polishing the style on the dot of January first, and it all went ahead swimmingly, as I naturally enjoy licking the infant clean after long birth-pangs [...]” (Marx In: Marx; Engels, 2010, p. 227-228).

A edição do Livro 2 foi relativamente rápida, sendo a obra publicada em 1885. Mas, no caso do Livro 3, Engels “quebrou a cabeça” por muitos anos. E, ao final, foi fazendo o que ele achou que devia fazer, para reunir as passagens e montar o quadro final da maneira mais adequada possível. A obra veio a público em 1894 – mais de uma década depois de iniciar o trabalho de edição do conjunto dos manuscritos.

Desse modo, graças ao trabalho de Engels, os Livros 2 e 3 foram publicados. Mas ele acabou, com a sistematização que fez, levando os leitores a uma dada interpretação do conjunto de *O Capital*, pela maneira como organizou e ajustou diversos trechos da obra.

Assim, por exemplo, para o célebre tema dos *esquemas de reprodução do capital*, encontramos, na obra publicada, a movimentação do capital por dois departamentos: o de produção de meios de produção e o de produção de meios de consumo. Mas, nos rascunhos de Marx, há passagens em que ele se refere a seis departamentos e não a apenas dois. Também aparecem distintas abordagens sobre a *rotação do capital* ou diferentes desenvolvimentos sobre o cálculo do *lucro médio*. Sobre isso, destaca Regina Roth (2015, p. 212):

Exemplos adicionais de que Engels reduziu, com sua redação, a variedade nos manuscritos de Marx são encontrados no livro segundo. Marx desenvolvera, no *Manuscrito II*, na investigação sobre o tempo de rotação, vários modelos e simulara, numa série de tabelas, possíveis processos de rotação. Engels condensou a exposição e se limitou a uma tabela tão clara quanto aquilo que Marx formulara originalmente nas hipóteses dos modelos. Em outras passagens desse *Manuscrito II*, Engels suprimiu e não adotou na edição extensas e igualmente descontínuas observações que Marx havia composto, sobre uma reprodução com seis e não dois departamentos [...].

Em alguns casos, há indícios de que Engels *atenuou contradições no manuscrito*, com suas modificações. A quinta parte do livro terceiro, no *Manuscrito de 1864-5*, de acordo com o título, trata da “Divisão do lucro em juros e ganho do empresário. O capital portador de juros”. O crédito não aparece, embora exista um extenso

quinto ponto sobre “Crédito. Capital fictício”; ali mesmo Marx observa no início: “A análise do crédito (...) está fora de nosso plano”. Entretanto, já no texto seguinte, Marx registra uma série de reflexões sobre crédito. Poder-se-ia interpretar o início, com isso, como a formulação de uma premissa, que não se confirmou na pesquisa subsequente. Comentários posteriores sobre esta parte sugerem igualmente que Marx modificou sua opinião e que pretendia abordar o crédito aqui. No entanto, Engels manteve o título disponível da quinta parte e apenas completou a frase do começo do capítulo sobre crédito e capital fictício, com o sentido de abandonar uma análise “detalhada” do desenvolvimento real do crédito, sem advertir o leitor sobre as reflexões posteriores de Marx [...]. Em sua comparação de manuscrito e edição do livro terceiro d’*O capital*, Gert Reuten chegou à conclusão de que Marx utilizou métodos distintos e incompatíveis entre si na investigação da formação da taxa de lucro médio. Segundo Reuten, isso seria claramente reconhecível como um problema no esboço, embora não mais na edição de Engels. Em grande medida, este, “em seu trabalho editorial, removeu a maioria das preocupações de Marx” e, com isso, ocultou o caráter de manuscrito de pesquisa [...].

Vale lembrar que um ano depois de publicar o Livro 3 (1894), Engels escreve, na introdução da edição de 1895 de *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, a seguinte passagem:

O que dá ainda ao nosso escrito [As Lutas de Classes...] um significado muito especial é [...] que, pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade geral dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração econômica: a **apropriação dos meios de produção** pela sociedade. No segundo capítulo, [...] afirma-se: ‘...mas por detrás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por detrás do poder sobre o capital a **apropriação dos meios de produção**, a sua submissão à classe operária associada, portanto a abolição [Aufhebung] do trabalho assalariado e do capital e da sua relação recíproca.’ [...]. Se, mais tarde, Marx alargou a fórmula à **apropriação também dos meios de troca**, este alargamento [...] enunciou apenas um corolário da tese principal. (Engels, s.d., destaques nossos).

Em outras palavras, conforme esse argumento de Engels, se os trabalhadores se apropriam dos meios de produção, por consequência, também se apropriam dos meios de troca. Mas, por que Engels pensa assim, mesmo após haver sistematizado o Livro 3 de *O Capital*? Porque, para ele, ao que parece, os meios de troca são os *produtos*, levados ao mercado para serem intercambiados como mercadoria.

Mas seria a apropriação do *dinheiro* – como meio de troca para o intercâmbio no mercado local ou para o intercâmbio no mercado internacional, na forma de divisas – apenas um corolário da apropriação dos meios de produção pela sociedade? O fato de os trabalhadores se apropriarem dos meios de produção implicaria, necessariamente, na sua apropriação do *dinheiro* que é requerido, como meio de troca, para o intercâmbio no mercado doméstico e internacional? Essa é uma discussão chave no debate sobre a Comuna de Paris, que se apropriou de meios de produção mas deixou intocado o dinheiro no banco.

A história posterior demonstrou o equívoco dessa posição, sobre ser a apropriação dos meios de troca apenas um corolário da apropriação dos meios de produção. Particularmente porque o *mercado mundial* é, simultaneamente, doméstico e internacional.

A investigação do Livro 3, como vimos, era justamente sobre como a circulação dos meios de troca, especialmente o dinheiro, determina o processo global do capital. Ao que parece, por não haver melhor compreendido esse aspecto fundamental do *processo* do capital, Engels altera o título do próprio Livro 3, que originalmente era *Formações do processo como um todo* [*Gestaltungen des Gesamtprozesses*] para *O processo de produção capitalista como um todo* [*Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion*]. Mas, considerando a lógica de sequenciamento da investigação e da exposição, o Livro 3 trataria da configuração que o capital assume em

seu processo como um todo, especialmente em sua forma de universalidade, e não da produção capitalista como um todo.

Por isso, no plano original, “*formações do processo como um todo*”, correspondia – em nosso ver – às diferentes formas, à contínua transformação do valor, no processo como um todo do capital, na produção, circulação, representação, emprego e acumulação do valor. Não correspondia apenas à *produção* capitalista como um todo. Daí a importância do sistema de intercâmbio e da formação social para o próprio *processo* como um todo do capital.

A ilusão de que a apropriação dos meios de intercâmbio é corolário da apropriação dos meios de produção pode ser evidenciada com a crise final da URSS e da Iugoslávia, que dependiam dos *meios de troca* no mercado internacional (*dólares e meios produtivos*) para realizar a própria reprodução ampliada do valor econômico em suas economias, sendo forçadas a recorrer ao FMI e aos Estados Unidos, buscando empréstimos, após a liquidação de suas reservas cambiais.

Nas décadas de 1970 e 1980, a crise do petróleo e a oscilação na apreciação e depreciação do dólar, em razão de políticas monetárias norte-americanas, geraram inflação no mundo todo, impactaram nos custos produtivos e no preço das mercadorias exportadas, em meio à terceira revolução tecnológica que teve, igualmente, um forte impacto sobre a economia global.

Contudo, os meios de produção, internos aos países socialistas, eram propriedades dos trabalhadores ou do Estado. No caso da Iugoslávia, que não fazia parte do bloco soviético mas integrava o Terceiro Mundo, os meios de produção, em sua maioria, eram dos trabalhadores, pois se tratava de um *socialismo autogestionado*, consolidado com a lei de autogestão de 1953 e com a transferência das fábricas e de outras empresas estatais aos operários, que passaram a administrá-las por conta própria. No caso dos países da União Soviética, o Estado era proprietário de uma parte dos meios de produção,

no passo que outra parte desses meios era propriedade das cooperativas.

Mas, se assim era, e a propriedade dos meios de troca era apenas um corolário da propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, por que o sistema socialista, economicamente, entrou em crise?

Quando analisamos a etapa final desse processo, perceberemos que esses países necessitavam de meios produtivos que eles não dispunham internamente, tais como certas matérias-primas e outros fatores produtivos que eles eram obrigados a comprar no mercado internacional. Para comprá-los, entretanto, precisavam levar ao mercado internacional os meios de troca aí requeridos, isto é, divisas – signos de valor monetário internacionalmente reconhecidos como reserva de valor.

Contudo, suas reservas cambiais haviam diminuído, pois, com a apreciação do dólar em anos anteriores – em razão de políticas monetárias norte-americanas – suas exportações lhes haviam rendido, naqueles anos, menos entradas de divisas. Por outra parte, com a rápida desvalorização do dólar na segunda metade daquela década, igualmente em razão de políticas monetárias dos Estados Unidos, mais dólares passaram a ser necessários para a obtenção de um mesmo volume de fatores produtivos no mercado internacional. Dólares que aquelas economias não tinham em volume suficiente para o atendimento de suas necessidades, em razão dos baixos saldos obtidos em dólares com as exportações dos anos anteriores.

Assim, ao mesmo tempo em que suas reservas cambiais iam sendo consumidas, em razão da depreciação contínua do dólar, exigindo mais dólares para a obtenção de um mesmo volume de fatores produtivos no mercado internacional, por outra parte, enfrentando tendências inflacionárias internas, tinham dificuldades em manter o processo produtivo nos mesmos patamares dos anos anteriores, impactando, esses dois fatores, no consumo interno desses países e em suas exportações.

Assim, na segunda metade dos anos 80, a URSS entra em crise: suspende subsídios; os preços internos ao bloco começam a se ajustar aos internacionais; suas exportações perdem competitividade, também afetadas pela revolução tecnológica dos anos 1970; suas reservas cambiais caem e não há como preservar os patamares de importação dos fatores produtivos necessários à manutenção dos mesmos graus de sustentação das suas economias. Ao final, recorrem ao FMI, pedindo dinheiro emprestado. As reservas cambiais são liquidadas e têm de aceitar as imposições do bloco capitalista, porque não dispunham do *meio de troca* demandado no mercado internacional para o atendimento de suas necessidades: o dólar. Desse modo, a crise desmonta a URSS.

Na Iugoslávia ocorre um processo hiperinflacionário que afetou ao conjunto das repúblicas que compunha a Federação; a economia se desestrutura; cria-se uma nova moeda paritária ao *marco* alemão; necessitando igualmente de divisas, pelos mesmos motivos que afetaram a URSS, a Iugoslávia recorre ao FMI; mas este exige que se acabe com a propriedade social; na sequência, tenta-se negociar diretamente com os Estados Unidos a obtenção de empréstimos; mas, para obtê-los, tinham de aceitar a exigência norte-americana de transformar as cooperativas em empresas privadas com fins de lucro e abolir mecanismos de autogestão que ali funcionavam. Alguns segmentos da população resistem a reintroduzir o capitalismo. E, por vários motivos, tem início uma guerra interna que destrói a Federação Iugoslava e que termina dramaticamente com a intervenção das Forças da OTAN.

Em nosso ver, um dos grandes erros que contribuíram para isso foi não compreender que, para superar o sistema capitalista, não basta que os trabalhadores tenham a propriedade ou o controle dos meios de produção. É necessário que eles disponham, igualmente, dos meios de troca requeridos no sistema de intercâmbio para poder realizar a própria repro-

dução ampliada do valor – pois há uma unidade intrínseca entre a produção e a circulação dos meios econômicos.

É preciso, portanto, ler *O Capital* com atenção sob esse aspecto. Marx, no Livro 2, trata da circulação e dos meios de troca requeridos à sua realização. E, no Livro 3, recoloca o problema da produção e da circulação no âmbito do *mercado mundial*, onde a universalidade do valor se realiza, pois a universalidade do dinheiro, como representação de valor, não ocorre limitadamente no interior de um país, mas universalmente no âmbito do mercado mundial; mercado este que, por ser mundial, comporta as múltiplas relações que os mercados locais, nacionais e internacionais mantêm entre si, como esferas de circulação e de realização do valor, interconectados no processo do capital como um todo.

E como nos diz Marx no Livro 3, acerca do processo como um todo do capital, no âmbito do mercado mundial,

[...] o que se procura não é capital como capital, mas capital como dinheiro, na forma em que o dinheiro é mercadoria geral do mercado mundial [...]. (Marx, 1986b, p. 344).

[...] o dinheiro real é sempre dinheiro do mercado mundial e o dinheiro de crédito sempre repousa sobre o dinheiro do mercado mundial. (Marx, 1986a, p. 65).

Esses países poderiam, por exemplo, ter avançado na organização de um sistema de intercâmbio não-monetário no plano mundial – não apenas no interior do próprio bloco socialista – que alcançasse o conjunto dos mercados locais no conjunto dos países, sem depender de divisas, muito menos de divisas controladas pelos Estados Unidos; um sistema de intercâmbio econômico internacional centrado na compensação de valores mediante a troca dos bens e serviços que eram exportados e importados. Pois, não se libertam as forças produtivas se a sua operação continuar subordinada à escassez do dinheiro existente para os intercâmbios de produtos no interior das nações ou entre elas.

3. A unidade da produção e circulação do valor de uso

Marx destacou a importância da reorganização do sistema de intercâmbio econômico em bases não monetárias, tanto na superação inicial do capitalismo pelo socialismo quanto na realização final do novo sistema econômico de caráter comunal.

Ele deixou, nas *Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão*, algumas passagens sobre a *reorganização do sistema de intercâmbio econômico*, referindo-se à introdução de um meio de troca não monetário, na forma de *certificado de horas trabalhadas*, que permitiria ao trabalhador obter bens e serviços em correspondência ao trabalho realizado. Salienta, porém, que isso permanecia na mesma lógica burguesa, que somente seria superada, posteriormente, quando o intercâmbio não fosse mais regido pela equivalência entre o valor do trabalho realizado e o valor do produto recebido, mas segundo as diferentes *necessidades e capacidades* de cada pessoa.

Podemos analisar o desenvolvimento básico desse argumento retomando dois trechos do texto.

Na primeira passagem que selecionamos, o *intercâmbio econômico* é mediado pelo *certificado de horas trabalhadas*:

[...] o produtor individual recebe de volta [da sociedade] – depois das deduções – aquilo que ele lhe deu. [...] Ele recebe da sociedade um certificado em como, desta e daquela maneira, prestou tanto trabalho (após dedução do seu trabalho para o fundo comunitário) e, com esse certificado, extrai do depósito social de meios de consumo tanto quanto o mesmo montante de trabalho custa. O mesmo *quantum* de trabalho que ele deu à sociedade sob uma forma, recebe-o ele de volta sob outra.

Reina aqui manifestamente o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que ela é troca de equivalentes. Conteúdo e forma alteraram-se, porque, nas circunstâncias alteradas, ninguém pode dar algo exceto o seu trabalho e porque, por outro lado, nada pode transitar para a propriedade dos indi-

víduos a não ser meios de consumo individuais. Porém, no que diz respeito à repartição dos últimos entre os produtores individuais, reina o mesmo princípio do que na troca de mercadorias equivalentes, o mesmo montante de trabalho sob uma forma é trocado pelo mesmo montante de trabalho sob outra. [...]

Apesar deste progresso, este *igual direito* está ainda constantemente carregado com uma limitação burguesa. O direito dos produtores é *proporcional* ao seu fornecimento de trabalho; a igualdade consiste em que ele é medido por uma *escala igual*: o trabalho. Mas um [indivíduo] é física ou espiritualmente superior a outro; fornece, portanto, mais trabalho no mesmo tempo ou pode trabalhar durante mais tempo; e o trabalho, para servir de medida, tem que ser determinado segundo a extensão ou a intensidade, senão cessaria de ser escala [de medida]. Este igual direito é direito desigual para trabalho desigual. Não reconhece nenhuma diferença de classes, porque cada um é apenas tão trabalhador como o outro; mas, reconhece tacitamente o desigual dom individual – e, portanto, [a desigual] capacidade de rendimento dos trabalhadores – como privilégios naturais. *E, portanto, um direito da desigualdade, pelo seu conteúdo, como todo o direito.* [...] Com um rendimento de trabalho igual – e, portanto, com uma participação igual no fundo social de consumo – um recebe, pois, de fato, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. Para evitar todos estes inconvenientes, o direito, em vez de igual, teria antes de ser desigual.” (Marx, [1982]).

Assim, com esse certificado de horas trabalhadas, o produtor “*extrai do depósito social de meios de consumo tanto quanto o mesmo montante de trabalho custa*” (Marx, [1982]). Se ele trabalhou dez horas e uma hora ficou para o fundo comunitário, por exemplo, terá direito ao valor correspondente a nove horas de trabalho em meios de consumo para a sua apropriação individual. Desse modo, “*o mesmo quantum de trabalho que ele deu à sociedade sob uma forma, recebe-o ele de volta sob outra.*” (Marx, [1982]). Mas isso, para Marx, seria injusto – se considerarmos as diferentes *capacidades e necessidades* das pessoas.

Ele destaca que, nesse sistema de intercâmbio, ainda reina “o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que ela é troca de equivalentes” (Marx, [1982]). Muda a circunstância, tratando-se de uma sociedade socialista. Porém, “reina o mesmo princípio do que na troca de mercadorias equivalentes, o mesmo montante de trabalho sob uma forma é trocado pelo mesmo montante de trabalho sob outra” (Marx, [1982]).

Apesar desse intercâmbio ser não-monetário, as horas trabalhadas, representadas no certificado, tornam-se um *signo de valor* que permite ao trabalhador retirar, do “depósito social de meios de consumo”, produtos em valor idêntico.

Como o sistema de intercâmbio ainda está fundado numa troca de equivalentes, que considera o valor do trabalho prestado e o valor dos produtos recebidos, o direito dos produtores à sua retribuição pela sociedade é proporcional ao seu fornecimento de trabalho. Contudo, dessa noção formal de igualdade de direito resulta, segundo Marx, uma real desigualdade, por tratar-se a todos como iguais, independentemente das diferentes necessidades e capacidades de cada qual.

Se os indivíduos são, física ou espiritualmente, diferentes, podendo alguns fornecer mais trabalho no mesmo tempo ou podendo trabalhar durante mais tempo; e se o trabalho realizado por eles, segundo a extensão ou a intensidade da jornada de cada qual, é tomado como medida do valor a receber; então, deste igual direito de retribuição, resulta uma desigualdade de apropriação, recebendo alguns mais do que outros em relação à satisfação de suas próprias necessidades.

Para evitar esse inconveniente, conforme o argumento de Marx, o direito deve tratar as pessoas segundo as suas diferenças em relação ao quanto e como elas podem trabalhar, em razão de suas capacidades, e ao que e quanto elas necessitam retirar do “depósito social de meios de consumo”, em razão de suas necessidades.

Considerando que os seres humanos possuem diferentes capacidades de trabalho e necessidades que se modificam ao longo de sua vida, desde o momento em que acabam de nascer até o momento final de sua morte, retribuir a cada qual o equivalente ao produto de seu trabalho, resulta injusto na apropriação social da riqueza produzida.

Mas, então, na visão de Marx, como essa etapa *socialista*, em que os trabalhadores se apropriam do fruto do seu trabalho, avançaria para superar a desigualdade engendrada pela retribuição econômica segundo a medida do trabalho realizado?

A superação desse tipo de intercâmbio, fundado no mesmo “princípio que regula a troca de mercadorias”, somente ocorreria, segundo ele, numa fase posterior do desenvolvimento dessa sociedade, dando origem a uma nova formação social de caráter comunal, em que o intercâmbio econômico seria regido pelo seguinte princípio: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!” (Marx, 1982)

Chegamos aqui à abordagem da *produção e distribuição* do valor considerando dialeticamente a contradição mais simples entre *necessidades* humanas e *capacidades* humanas, sendo uma dessas capacidades a de trabalhar e produzir valores de uso, entre as muitas outras capacidades humanas, que possibilitam aos seres humanos atender a outras tantas necessidades humanas, desenvolvidas historicamente por eles próprios como seres sociais, produzindo linguagens, ciência, arte, tecnologias, etc. Portanto, a capacidade humana não é apenas a de produzir *valores de uso* para serem *consumidos*, mas é a capacidade humana de *produzir a humanidade do ser humano* em toda a sua omnilateralidade.

O argumento, então, avança do seguinte modo:

Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, também a oposição entre trabalho espiritual e corporal; depois de o trabalho se ter tornado, não só meio de vida, mas, ele próprio, a primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos, as suas for-

ças produtivas terem também crescido e todas as fontes manantes da riqueza co-operativa jorrarem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!” (Marx, 1982).

Assim, na visão de Marx, a aplicação da ciência ao processo produtivo, que resulta no desenvolvimento tecnológico e amplia a produtividade do trabalho humano, possibilitaria gerar um volume abundante de valores de uso, os quais poderiam ser disponibilizados livremente para o atendimento das necessidades de todos, sendo requerido cada vez menos trabalho para produzir um volume de riqueza cada vez maior. E, por conta disso, os seres humanos, com o trabalho de cada qual, segundo suas capacidades, poderiam gerar cooperativamente um volume de bens e serviços muito superior ao necessário para atender a todos, segundo as suas próprias necessidades.

Resta, contudo, explicitar a principal condição suposta por Marx para “*todas as fontes manantes da riqueza co-operativa jorrarem com abundância*” (Marx, 1982)

Trataremos desse aspecto com base em duas passagens, uma de Marx e outra de Engels.

A primeira provém de uma carta enviada por Marx ao Parlamento dos Trabalhadores da Inglaterra – organização criada pelos próprios trabalhadores. Nela, Marx se refere à *libertação dos poderes de produção da riqueza*, que resultaria na produção abundante de meios econômicos, assegurando a todos a livre apropriação desses meios segundo as suas necessidades. As forças produtivas se libertariam na medida em que o trabalho não estivesse mais subordinados ao capital e os trabalhadores se apropriassem dos meios de produção, para continuar o seu desenvolvimento com vistas a atender às necessidades de todos:

Ao criar os inesgotáveis poderes produtivos da indústria moderna, eles [os trabalhadores] cumpriram a primeira condição da emancipação do trabalho. Eles agora têm que perceber sua outra condição. Eles têm que libertar os poderes produtivos de riquezas dos infames grilhões do monopólio e sujeitá-los ao controle conjunto dos produtores, que, até agora, permitiram que os próprios produtos de suas mãos se voltassem contra eles próprios e se transformassem em tantos instrumentos de sua própria subjugação.⁴ (Marx, 1854, colchete nosso).

Mas, como vimos nas *Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão*, a superação do sistema econômico capitalista exige não apenas a organização de um novo modo de produção, mas igualmente de um novo sistema de intercâmbio e de uma nova formação social, considerando as necessidades e capacidades de cada qual.

A segunda é uma passagem do próprio Engels, argumentando que o desenlace ou desatamento das forças produtivas (*Entfesselung der Produktivkräfte*) se realiza por meio da mudança do modo de produção. Algumas publicações traduzem essa expressão por libertação das forças produtivas:

As forças produtivas representadas pela burguesia rebelaram-se contra o regime de produção representado pelos latifundiários feudais e pelos mestres dos grêmios; o resultado é conhecido: as barreiras feudais foram rompidas [...]. No entanto, da mesma forma que a manufatura, ao atingir uma determinada fase de desenvolvimento, se chocou com o regime de produção feudal, hoje a grande indústria já se choca com o regime burguês de produção, que veio substituir o primeiro. Encadeada a essa ordem dominante, coibida pelos limites estreitos do modo de produção

⁴ “By creating the inexhaustible productive powers of modern industry they have fulfilled the first condition of the emancipation of Labour. They have now to realise its other condition. They have to free those wealth-producing powers from the infamous shackles of monopoly, and subject them to the joint control of the producers, who, till now, allowed the very products of their hands to turn against them and be transformed into as many instruments of their own subjugation.” (Marx, 1854).

capitalista, a grande indústria cria hoje, de um lado uma proletarização cada vez maior das grandes massas do povo, e de outro lado uma crescente massa de produtos que não encontram saída. Superprodução e miséria das massas – cada uma delas sendo causa da outra – eis a contradição absurda em que desemboca a grande indústria e que reclama imperiosamente a libertação das forças produtivas, mediante mudança do modo de produção. (Engels, s.d., p. 201).⁵

Engels não usa a expressão *libertação das forças produtivas* [*Befreiung der Produktivkräfte*] e sim desatamento das forças produtivas [*Entfesselung der Produktivkräfte*], que ocorreria pela mudança do modo de produção.

Conforme a frase de Marx, os “*poderes produtivos de riquezas*” devem ser sujeitados “*ao controle conjunto dos produtores*”. E, portanto, tais poderes não são os produtores, mas devem ser controlados por eles. Já na frase de Engels, embora as forças produtivas sejam representadas por classes sociais, o desatamento das forças produtivas ocorre mediante a mudança do modo de produção.

Contudo, a *libertação das forças produtivas* – pelo fato de o capital ser um *processo* que requer a unidade entre produção e circulação – não significa apenas a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, associada ao estabelecimento de um novo modo de produção. Pois, considerando

5 “Die Produktionskräfte, vertreten durch die Bourgeoisie, rebellierten gegen die Produktionsordnung, vertreten durch die feudalen Grundbesitzer und die Zunftmeister; das Ergebnis ist bekannt, die feudalen Fesseln wurden zerschlagen [...]. Wie aber die Manufaktur auf einer bestimmten Entwicklungsstufe in Konflikt kam mit der feudalen, so ist jetzt schon die große Industrie in Konflikt geraten mit der an ihre Stelle gesetzten bürgerlichen Produktionsordnung. Gebunden durch diese Ordnung, durch die engen Schranken der kapitalistischen Produktionsweise, produziert sie einerseits eine sich immer steigende Proletarisierung der gesamten Volksmasse, andererseits eine immer größere Masse unabsetzbarer Produkte. Überproduktion und Massenelend, jedes die Ursache des andern, das ist der absurde Widerspruch, worin sie ausläuft und der eine Entfesselung der Produktivkräfte durch Änderung der Produktionsweise mit Notwendigkeit fordert.” [Engels, in: Marx; Engels, 1962, p. 300].

a relação entre capacidades e necessidades, temos, no primeiro caso, que o principal componente das forças produtivas são os próprios trabalhadores, cuja libertação deles próprios é obra coletiva deles mesmos; e, no segundo caso, a mudança do modo de produção exige, como vimos com Marx, igualmente mudar o sistema de intercâmbio, para que não mais esteja fundado no valor de troca dos produtos e do trabalho, medidos por um equivalente geral, mas regulados sob o princípio que afirma: “*de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades*”. Sem a efetivação desse novo sistema de intercâmbio e de uma nova formação social, não se conclui a libertação das comunidades humanas.

Assim, com base na leitura do Livro 3 de *O Capital*, considerando a relação dialética entre produção e circulação, conclui-se que sem produção não há circulação, mas igualmente que sem circulação não há produção. Pois, os meios de intercâmbio são condição da produção, tanto quanto esta condiciona a realidade dos meios de intercâmbio.

Por isso, para superar a alienação econômica no processo do valor como um todo, não basta apenas organizar outro modo de produção. Também o sistema de intercâmbio, como mercado capitalista, necessita ser superado por outro sistema de intercâmbio, em que a centralidade não repouse no valor do produto intercambiado, mas no encontro das capacidades e necessidades dos seres humanos no seio de comunidades humanas.

Para que isso ocorra, a abundância possível de ser realizada com o emprego do conhecimento científico e tecnológico já desenvolvidos sob o capitalismo necessita ser desatada das relações sociais de produção capitalistas – em que o *trabalho* é explorado pelo capital para a acumulação de mais-valia, em vez de ser exercido livremente conforme as capacidades de cada qual em proveito do livre atendimento das necessidades de todos.

Para Marx, o encontro das necessidades e capacidades no exercício ético das liberdades humanas, na relação sempre mais humanizada dos seres humanos entre si e com o mundo, não se realiza apenas na esfera econômica. Tal encontro entre necessidades e capacidades, nos intercâmbios humanos, se realiza em todas as relações inerentes ao desenvolvimento da natureza humana, como, por exemplo, no encontro entre a *capacidade* de amar e a *necessidade* de ser amado:

Se se pressupõe o *homem* como *homem* e sua relação com o mundo como uma relação humana, só se pode trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se se quiser gozar da arte deve-se ser um homem artisticamente educado; se se quiser exercer influência sobre outro homem, deve-se ser um homem que atue sobre os outros de modo realmente estimulante e incitante. Cada uma das relações com o homem – e com a natureza – deve ser uma *exteriorização determinada* da vida individual efetiva que se corresponda com o objeto da vontade. Se amas sem despertar amor, isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua *exteriorização de vida* como homem amante não te convertes em *homem amado*, teu amor é impotente, uma desgraça. (Marx, 1974, p. 32).

Assim, reconhecer as necessidades individuais dos demais, como exteriorização determinada de sua vida, e ser reconhecido pelos demais em suas próprias necessidades individuais e diferenças é uma das condições de humanização de cada pessoa e da espécie humana como tal. Outra delas é o exercício da capacidade de cada qual para o atendimento das necessidades das pessoas e da comunidade como um todo, e o exercício da capacidade da comunidade como um todo em favor do ético atendimento das necessidades de cada indivíduo em suas diferenças.

A reciprocidade dessa troca, entre indivíduo e sociedade, é condição necessária para a expansão das liberdades individuais e públicas, pelo histórico desenvolvimento das comunidades humanas, integrando, a um só tempo, o de-

envolvimento das necessidades humanas e das capacidades humanas, na contínua humanização da própria espécie humana.

Referências bibliográficas

DUSSEL, Enrique. The Four Drafts of Capital: Toward a New Interpretation of the Dialectical Thought of Marx. In: *Rethinking Marxism – A Journal of Economics, Culture & Society*, v. 13, n. 1, p. 10-26, 2001.

ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In: Marx, Karl. *As lutas de classes em França de 1848 a 1850*. Lisboa: Edições Avante!, [s.d.]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/introducao.htm>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v. 3. p. 171-207.

MARX, Karl. *Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão*. Lisboa: Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm>>. Acesso em 19 ago. 2018.

_____. Letter to the Labour Parliament. In: *The People's Paper*, London, n. 98, March 18, 1854. Disponível em: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME1873en.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Tomo 3.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo, 2017. Livro III.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986a. Livro Terceiro. v. 3. Tomo 2.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986b. Livro Terceiro. v. 4. Tomo 1. Parte Primeira.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro Terceiro. v. 4.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx - Friedrich Engels - Werke [MEW]*. Berlin: Dietz Verlag, 1962. v. 21.

_____. *Karl Marx - Friedrich Engels - Werke [MEW]*. Berlin: Dietz Verlag, 1983. v. 25.

_____. *Karl Marx - Friedrich Engels - Werke [MEW]*. Berlin: Dietz Verlag, 1966. v. 34.

_____. *Karl Marx - Friedrich Engels - Werke [MEW]*. Berlin: Dietz Verlag, 1983b. v. 42.

_____. *Marx & Engels - Collected works*. Letters: 1864-1868. Londres: Lawrence and Wishart, 2010. v. 42.

ROTH, Regina. A publicação dos livros II e III d'O *Capital* por Engels. *Verinotio*, n. 20, ano 10, p. 207-215, out. 2015.

CRÍTICA E METAFÍSICA: O LEGADO FILOSÓFICO DE KARL MARX

Hans-Georg Flickinger

Quem revisita, hoje, o pensamento de Marx é suspeito de fazer o que, no século XIX, os jovens hegelianos da esquerda fizeram com Hegel; a saber, tratá-lo como um “cão morto”. Entretanto, a revitalização da visão liberal em nível internacional, ao longo das últimas décadas, e seus desastrosos efeitos sociais e econômicos tornam, novamente, a obra de Marx um referencial teórico importante. Mesmo tendo lançado no século XIX a sua crítica social, Marx volta a desafiar os economistas e pensadores políticos do século XXI. Sua análise da lógica liberal é de uma atualidade surpreendente para os analistas do espírito neoliberal. Dividindo as opiniões, a obra de Marx também está presente nos debates sobre o manejo dos problemas de uma sociedade tornada, cada vez mais, refém do capitalismo globalizado. Pergunta-se, então, pelas razões que fazem com que esta obra continue oferecendo um arsenal valioso para nossa compreensão da atual dinâmica sociopolítica.